

**Relatório e contas consolidadas
Junho 2003**

SONAECOM, S.G.P.S., S.A.

Relatório e contas consolidadas

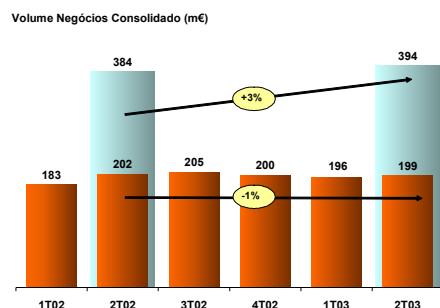
Junho 2003

I. Relatório de gestão	3
1. Principais indicadores	4
2. Carta de Paulo Azevedo, Presidente da Comissão Executiva	6
3. Envolvente macroeconómica	8
4. O sector	8
5. Análise dos negócios	9
5.1. Optimus	10
5.2. Novis	12
5.3. Internet e media	14
5.3.1. Clix	14
5.3.2. Público	15
5.4. S&SI	15
6. Regulação	16
7. Status de gestão ambiental	17
8. Análise financeira	17
9. Desempenho bolsista	22
10. Perspectivas futuras	23
11. Governo da sociedade	24
12. Agradecimentos	31
II. Demonstrações financeiras consolidadas	33
Anexo aos balanços e às demonstrações dos resultados	37

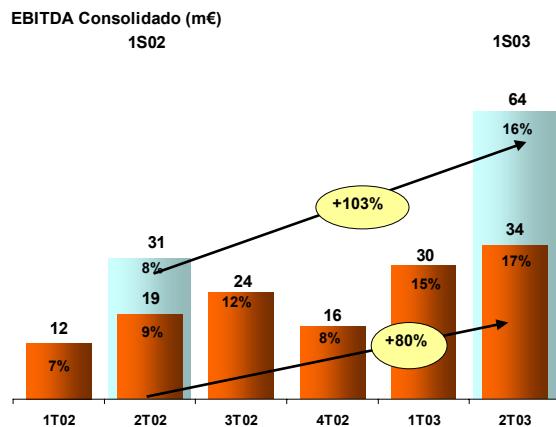
I. RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Principais Indicadores

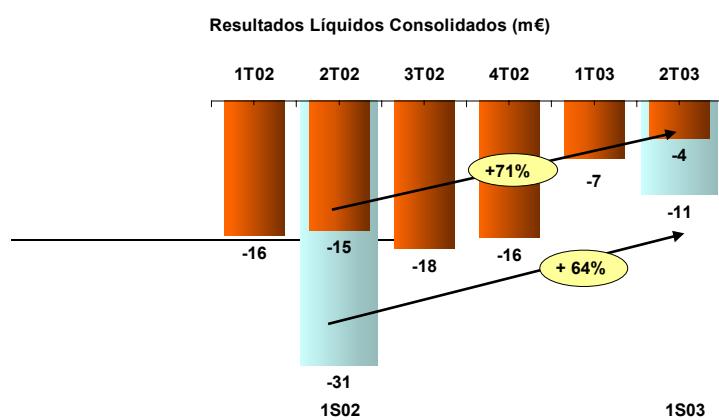
Aumento de 3% no Volume de Negócios face ao 1º Semestre de 2002.



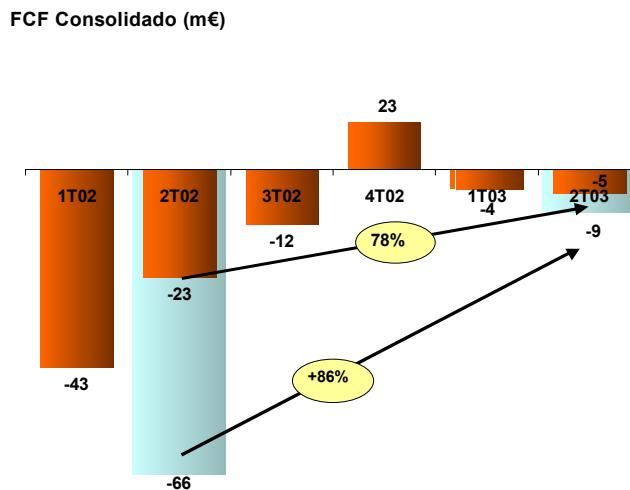
EBITDA Consolidado aumentou 103% para 64 milhões de euros.



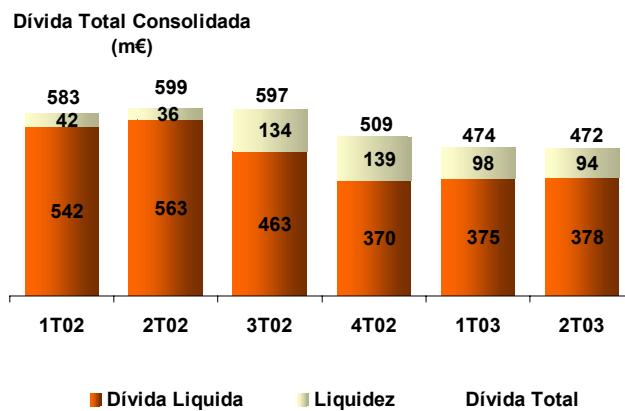
Redução de 64% no Resultado Líquido negativo para 11 milhões de euros.



Redução de 86% no FCF negativo para 9 milhões de euros negativos

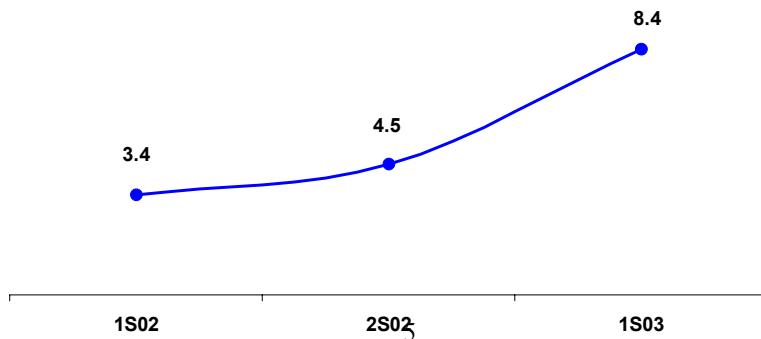


Redução de 35% na Dívida Líquida Consolidada para 378 milhões de euros



Rácio de cobertura de juros aumentou para 8,4x no 1S03, em comparação com 3,4x no 1S02.

Rácio de cobertura de juros



2. Carta de Paulo Azevedo, Presidente da Comissão Executiva

Decorrido o primeiro semestre de 2003 sinto uma enorme satisfação em anunciar que a Sonaecom está a cumprir com todas as premissas inicialmente definidas para atingir os objectivos financeiros e operacionais para o ano. Em algumas áreas a actual perfomance ultrapassa inclusive as nossas melhores expectativas.

Não obstante um contexto macroeconómico e regulatório severo e a redução das tarifas de interconexão no sector móvel, a Sonaecom conseguiu alcançar um crescimento do seu volume de negócios de 3% no primeiro semestre de 2003. Registaram-se significativas melhorias nos resultados financeiros dos diversos negócios e na capacidade de geração de Meios Libertos (FCF) no primeiro semestre de 2003 face ao período homólogo de 2002:

- Aumento de EBITDA em 103% passando de 31 milhões de euros para 64 milhões de euros;
- Melhoria de FCF em 86% de 66 milhões de euros negativos para 9 milhões de euros negativos;
- Resultados Líquidos aumentaram 64% de 31 milhões de euros negativos para 11 milhões de euros negativos;
- Diminuição da Dívida Bruta Consolidada em 127 milhões de euros para 472 milhões de euros e aumento do rácio de cobertura de juros de 3,4x para 8,4x.

Por forma a alcançar os nossos objectivos, procuramos adaptar a nossa organização, a sua estrutura de custos e melhorar os nossos processos operacionais. Tem sido realizado um esforço conjunto nas empresas do Grupo Sonaecom onde se destacam a integração completa das direcções de cliente e a gestão conjunta do departamento de IT (tecnologias de informação). Já haviam sido integrados em 2002 todos os processos administrativos e de back-office. Consideramos que ainda existe margem para implementar melhorias e poupanças adicionais.

A nossa política de comunicação transparente e proactiva e a nossa boa performance operacional e financeira, foram reconhecidas pelo mercado de capitais. A cotação da Sonaecom valorizou 30% no primeiro semestre de 2003, mais 27% que o principal índice bolsista nacional, o PSI20, tendo fechado o período a uma cotação de 2,04 euros por acção. Em Junho, o bom trabalho realizado pela Sonaecom nesta área foi de novo reconhecido quando se tornou a primeira empresa portuguesa a ser incorporada no Euronext NextEconomy Segment. No intuito de melhorarmos a nossa comunicação e por forma a fornecer à comunidade financeira informação internacionalmente reconhecida e comparável, passamos a adoptar as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) como a base do nosso reporte financeiro consolidado, a partir do primeiro trimestre de 2003.

Em termos de regulação, ficamos satisfeitos por ver que, após um período de total ausência de actividade regulatória, superior a um ano, foram anunciadas algumas medidas mais adequadas ao desenvolvimento de um sector nacional de telecomunicações mais competitivo.

No entanto, perduram inúmeras distorções competitivas no mercado de telecomunicações português que reclamam intervenção regulatória urgente. No caso do mercado de telecomunicações móvel, o chamado “efeito de rede” potenciado pela prática discriminativa de preços entre redes de operadores diferentes e pelo nível elevado das tarifas móvel – móvel, cria uma barreira artificial à concorrência a favor de operadores com posição de mercado dominante.

No mercado da rede fixa, foi com desagrado que registamos a incapacidade do regulador para impor a sua posição inicial - preço de retalho menos 50% - no que respeita ao preço de revenda ADSL a praticar pelo incumbente. De facto, o preço estipulado não é economicamente viável para os novos operadores a não ser que a mesma abordagem seja aplicada a todos os aspectos de fixação de preço do produto.

Ao longo dos últimos três anos, o operador incumbente tem vindo efectivamente a impedir, a concorrência dos novos operadores através de barreiras físicas e de preço e sem qualquer intervenção por parte do regulador ou das autoridades de concorrência.

Persistindo a propriedade das duas únicas redes de acesso local – cobre e cabo – pela Portugal Telecom, a concorrência no mercado de fixo e de Internet continuará a enfraquecer. Estamos plenamente convictos que é de interesse nacional e de todos os envolvidos, que o operador incumbente seja impelido a separar efectivamente a propriedade da rede de cabo por forma a garantir que os operadores alternativos se posicionem perante o consumidor com uma oferta verdadeiramente competitiva.

No decorrer do processo de planeamento estratégico da Sonaecom 2003, procuramos ajustar a nossa declaração de Missão:

A ambição da Sonaecom é ser a melhor empresa na prestação de serviços de comunicações em Portugal, criando um ambiente de eleição para o desenvolvimento do potencial dos melhores profissionais.

A Sonaecom procura, de uma forma consistente, criar produtos, serviços e soluções inovadores que satisfaçam integralmente as necessidades dos seus mercados e gerem valor económico superior.

Tenho por certo que hoje somos uma organização mais forte e eficaz, capaz de agir rapidamente a novas oportunidades de crescimento, de responder às exigências dos nossos clientes e melhorias que possam surgir no enquadramento regulatório. Apenas foi possível alcançar este estádio através do esforço e dedicação de toda a nossa equipa na Sonaecom e com o apoio e aconselhamento dos nossos accionistas, parceiros e directores, aos quais gostaria de transmitir os meus sinceros agradecimentos.

Paulo Azevedo

3. Envolvente macroeconómica

Durante o primeiro semestre de 2003, a economia internacional sofreu a influência da guerra no Iraque, o que levou a uma natural retracção no consumo e no investimento global, ambos bastante fragilizados na fase anterior à guerra. No período pós guerra, a economia norte-americana começou a mostrar sinais de recuperação na confiança dos consumidores.

O fortalecimento do euro face ao dólar colocou a Europa numa posição competitiva mais frágil. Por outro lado, a maior potência económica europeia, a Alemanha, continua a mostrar sinais de retracção: as mais recentes estimativas apontam para uma redução do PIB de 0,2% para o primeiro trimestre do ano⁶.

Os efeitos do abrandamento no nível da actividade na económica na Europa fizeram-se sentir de forma ainda mais acentuada em Portugal, em parte devido às medidas impostas pelo Governo no sentido de reduzir o défice do sector público. Nas projecções anunciadas pelo Banco de Portugal em Julho deste ano, espera-se que a economia portuguesa registe uma descida do PIB de cerca de 0,5% em 2003, na sequência das baixas estimativas para o crescimento da procura interna. No entanto, tudo aponta para uma recuperação da procura externa, levando a um aumento das exportações entre 2,25% e 3,75% para o ano de 2003. É fundamental que a economia mundial recupere, por forma a que as actividades empresariais portuguesas caminhem no sentido da convergência com o resto da Europa.

4. O Sector

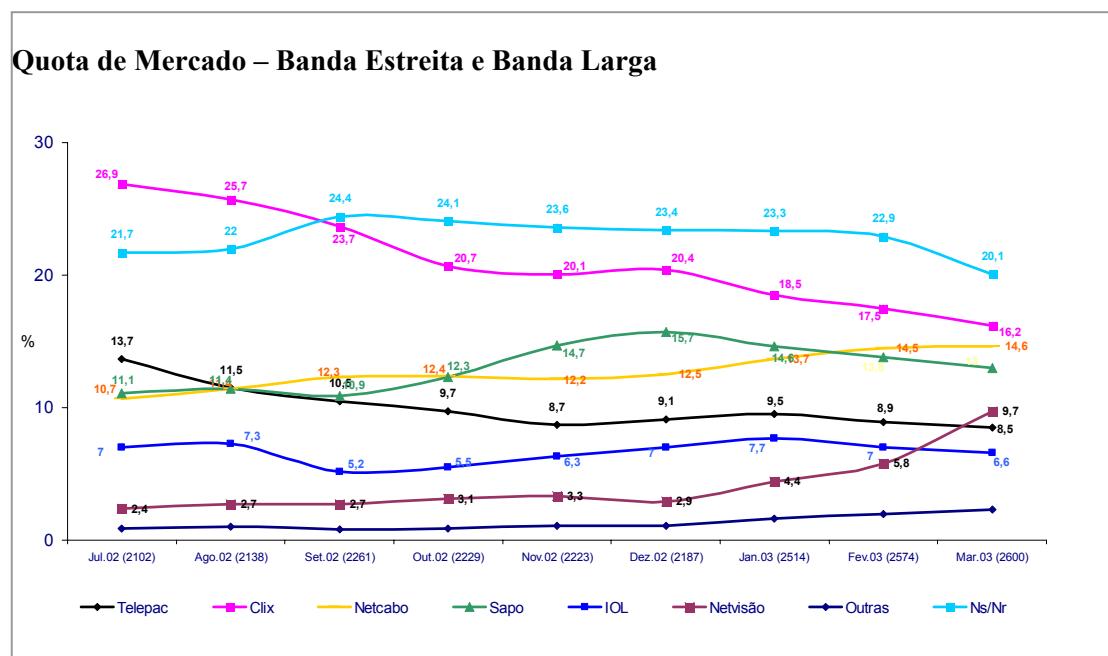
O mercado das telecomunicações móveis, em Portugal, é um sector competitivo e maduro, com níveis altos de penetração registados no final do primeiro trimestre de 2003: 94% de acordo com os valores divulgados pelos três operadores móveis nacionais e 83% com base nos subscritores activos anunciados pela Anacom. Embora ainda haja espaço para desenvolvimento na utilização dos serviços móveis de voz, a grande fatia de crescimento das receitas irá resultar do desenvolvimento e da proliferação de novas aplicações e serviços de dados com base nas redes GSM, GPRS e UMTS. Os atrasos registados no desenvolvimento da tecnologia UMTS e a falta de visibilidade em termos de soluções de terminais compatíveis e apelativos, entre outras coisas, sugerem que, do ponto de vista do consumidor e dos operadores, a tecnologia UMTS só deverá ser atractiva a partir de meados de 2004.

O mercado dos operadores da rede fixa caracteriza-se pela posição dominante do operador incumbente (94% de linhas de acesso e 90% de tráfego gerado nas redes fixas⁷), três anos e meio depois da liberalização do sector. Estes números em nada favorecem a posição competitiva de Portugal face ao resto da Europa e reflectem uma deficiente implementação de medidas regulatórias chave, nomeadamente a desagregação do lacete local e a oferta ADSL equitativa.

⁶ Fonte : Banco de Portugal

⁷ Anacom

As dificuldades sentidas pelos operadores alternativos em aceder ao lacete local em condições económicas viáveis leva ao deteriorar de sua posição competitiva em detrimento do Grupo PT, que controla efectivamente as duas redes de acesso local existentes – cobre e cabo. Este factor tem uma relevância acrescida, se analisarmos o mercado de internet de banda larga que é actualmente dominado pelas ofertas de cabo e ADSL do incumbente, deixando os operadores alternativos sem ofertas competitivas. Face a esta discriminação sectorial, os operadores alternativos assistem à rápida dissecação da sua quota de mercado.



Fonte: Barómetro de Telecomunicações
Marktest – Março 2003

De forma a estimular uma concorrência efectiva e o desenvolvimento de tecnologias competitivas de acesso à banda larga em Portugal, é imprescindível que o operador incumbente seja forçado a renunciar a propriedade da rede de cabo.

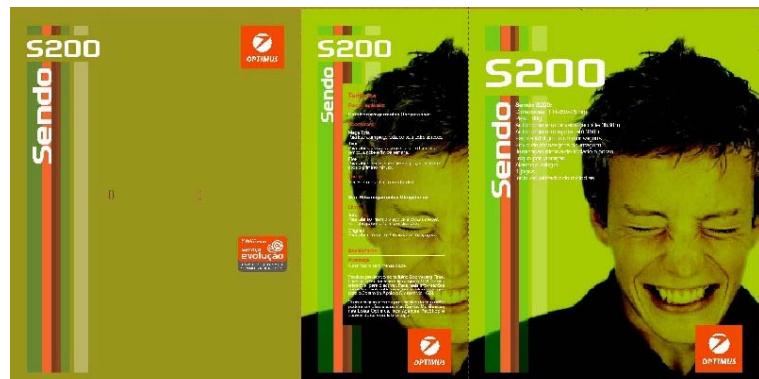
5. Análise dos Negócios

Os principais objectivos fixados em 2003 para os negócios da Sonaecom foram a melhoria de rentabilidade e o aumento de geração de FCF. Face ao fraco crescimento do volume de negócios, estes objectivos foram alcançados através da busca proactiva de fontes alternativas de receitas e de áreas em se pudessem obter eficiências nos processos e poupanças de custos.

5.1. Optimus



Em Maio de 2003, o relançamento da marca e o reposicionamento de todas as lojas e produtos marcou significativamente a actividade da Optimus. A nova imagem é orientada para o estímulo das sensações, desejos e expectativas, “Segue o que sentes”.



A Optimus preocupou-se em particular com o lançamento de produtos e serviços de dados móveis. No primeiro trimestre lançou o Optimus Personal Assistant, o primeiro PC móvel de bolso. Posteriormente, em Junho, lançou o Optimus Zone, o primeiro produto no mercado que integra experiência total MMS (vídeo, imagem e som); verdadeira Internet com acesso a qualquer site web (através do browser da Ópera) e um portal móvel multimedia com serviços de informação, actualidade e diversão.



As receitas de clientes da Optimus aumentaram 4,1% no primeiro semestre de 2003, em comparação com o período homólogo do ano anterior, atingindo 172 milhões de euros. Dado o nível de penetração móvel já relativamente elevado em Portugal (cerca de 94% no final de Março de 2003) reportado pelos operadores, as novas adições de subscritores são relativamente baixas. No primeiro semestre de 2003, a Optimus angariou em termos líquidos, mais 68 mil subscritores, o que compara com 85 mil no primeiro semestre de 2002. Cada cliente, em média, gerou uma factura mensal de 13,5 euros no semestre em análise.

Face ao sucesso das iniciativas de geração de receitas de dados móveis, os serviços de dados representaram 10,4% das receitas totais de clientes face aos 9,3% registados no primeiro semestre de 2002.

As receitas de operadores diminuíram 14,4% em comparação com o primeiro semestre de 2002, para 99 milhões de euros. Esta redução explica-se em grande parte pelo corte regulado nas tarifas de interconexão móveis⁸. No primeiro semestre de 2002, as tarifas de interconexão móveis situavam-se nos 24,9 centimos de euro, tendo-se fixado em 18,7 centimos de euro no primeiro semestre de 2003 – uma redução de 21%. Para além do impacto das tarifas móvel-móvel, as receitas de operadores foram negativamente afectadas pelas progressivas reduções de tarifas fixo-móvel até 18,7 centimos de euro.

As receitas totais de serviços foram de 271 milhões de euros no primeiro semestre de 2003, menos 4% que no mesmo período de 2002, resultado da diminuição de receitas de operadores acima descrita.

⁸ No 2T02, o Regulador determinou que as tarifas móveis de interconexão seriam fixadas em 20,7 centimos por 100 segundos de chamada (tarifário contado ao segundo depois do primeiro minuto), equivalente a 24,9 centimos/minuto durante o 1S02. Neste período, a Optimus contabilizou as suas chamadas a 18,7 centimos/minuto. Esta alteração provocou um aumento de receitas da Optimus no 2T02. A partir dessa data, a tarifa fixada pelo Regulador foi de 18,7 centimos/minuto. No início de 2002, o Regulador anunciou uma redução progressiva das tarifas máximas que os operadores móveis poderiam praticar para terminar chamadas de 100 segundos originadas nas redes fixas. Foram definidas reduções trimestrais com início a 31 de Março de 2002 e terminando em 31 de Dezembro de 2002. A primeira redução foi de 23,7 para 21,7 centimos e as restantes de 1 centimo cada. A tarifa final é de 18,7 centimos desde 31 de Dezembro de 2002.

A rentabilidade operacional da Optimus registou um aumento significativo com uma variação positiva de EBITDA (Resultados Antes de Resultados Financeiros, Impostos e Amortizações e Depreciações) de 32% para 67 milhões de euros. Neste período, a margem EBITDA medida em função do Volume de Negócios foi de 23%.

A Optimus registou ainda uma redução do nível de investimento em 21% para 36 milhões de euros comparado com o período homólogo do ano anterior. O investimento realizado foi maioritariamente direcionado para a manutenção e melhoria da actual rede GSM / GPRS e para as novas plataformas de serviços de dados móveis.

Em resultado do aumento da rentabilidade operacional, da redução do investimento e da melhoria da gestão de fundo de maneio, a Optimus alcançou um incremento do FCF gerado em 40 milhões de euros para 9 milhões de euros. A Optimus regista níveis positivos de FCF há já 5 trimestres e o montante acumulado ao longo dos mesmos atinge 42 milhões de euros.

Acrescenta-se ainda que a Optimus registou Resultados Líquidos positivos nos últimos dois trimestres. No primeiro semestre de 2003, a Optimus registou Lucros de 7 milhões de euros o que compara com prejuízos de 9 milhões de euros no período homólogo de 2002.

5.2. Novis

A Novis posicionou-se definitivamente como o operador alternativo à Portugal Telecom no primeiro semestre de 2003.

Neste período a Novis aumentou a sua base de clientes activa em 30% para 146 mil clientes. Nos seus mercados chave, PMEs e de pequenos escritórios (SoHos), a Novis aumentou o número de clientes em 21% para 9,5 mil e em 36% para 21 mil, respectivamente. Isto foi conseguido através da estratégia focalizada da Novis de angariar e fidelizar clientes neste segmentos.

A liderança da Novis foi reforçada nestes mercados. Informação disponível no final de Junho sobre quotas de mercado⁹, atribuíam à Novis uma quota de mercado, de entre os operadores alternativos, de 39% do mercado de SoHos e de 34% do mercado de PMEs. Estas quotas representam uma distância de 9,7 e 10,5 pontos percentuais respectivamente para o segundo operador em cada um destes mercados. Apesar do mercado residencial não ser um mercado estratégico para a Novis, ela conseguiu atingir a co-liderança neste segmento com uma quota de mercado de 24,2%.

⁹ Fonte: Marktest e dataE para o 1T03



De acordo com a sua estratégia de maximizar a utilização da sua infraestrutura de telecomunicações, promovendo ofertas de acesso indirecto de voz, a Novis lançou uma oferta inovadora – Teledesconto – mediante o qual oferece um desconto de 15% face ao tarifário da Portugal Telecom. Este desconto é realizado através de vales de compras nos hipermercados “Continente”.



A divisão de Tecnologias de Informação da Novis, foi redenominada no primeiro semestre de 2003 para Mainroad e é actualmente gerida dentro da área S&SI da Sonaecom (Software & Sistemas de Informação). No entanto, o reporte financeiro da Mainroad permanece incorporado nas contas da Novis a par da Novis Telecomunicações.

As receitas de serviços da Novis aumentaram para 75 milhões de euros no primeiro semestre de 2003 o que compara com 69 milhões de euros no período homólogo de 2002. A Novis Telecomunicações gera 68 milhões de euros e a Mainroad gera 7 milhões de euros.

O negócio de revenda da Novis apresenta-se como uma parcela importante da actividade da Novis, sendo que no primeiro semestre de 2003 gerou 38 milhões de euros de receitas face a 33 milhões no mesmo período de 2002.

O Volume de Negócios da Novis no primeiro semestre de 2003 não pode ser comparado com o período homólogo de 2002 dado que a partir de 2003, a Novis deixou de registar o negócio da venda de equipamentos, tendo este passado para o BizDirect (incorporado no S&SI). Ajustando para este efeito, o volume de negócios da Novis teria registado um aumento de 8% para 75 milhões de euros.

A Novis registou um aumento de EBITDA de 71% no primeiro semestre de 2003 face ao primeiro semestre de 2002, passando de perdas de 18 milhões de euros para perdas de 5 milhões de euros. Esta melhoria foi possível à luz da implementação de medidas de reestruturação de todas as principais áreas de negócio, concentrando naquelas que realmente poderão ser rentáveis para a empresa, medidas de contenção de custos e de melhoria de processos operacionais.

A Novis diminuiu em 24 milhões de euros o seu FCF negativo tendo passado de 34 milhões de euros negativos no primeiro semestre de 2002 para 10 milhões de euros negativos no primeiro semestre de 2003.

5.3. Internet e Media

5.3.1. Clix

O Clix continua a liderar o mercado residencial da internet em Portugal com uma quota de mercado de 16%. No entanto, esta percentagem tem vindo a baixar devido ao desenvolvimento das ofertas de acesso de banda larga principalmente sobre a rede de cabo. Em consequência, o tráfego de banda estreita sofreu uma redução significativa face à tendência de migração para as novas soluções de banda larga.

Durante o primeiro semestre de 2003, as condições de mercado determinantes para os operadores alternativos de internet de banda larga foram economicamente inviáveis face à oferta ADSL do incumbente. Os operadores esperavam ver aprovada a proposta da entidade reguladora em que o incumbente seria forçado a reduzir o valor da oferta grossista ADSL para 50% abaixo do preço de retalho. A decisão final anunciada em Junho foi, no entanto, desanimadora pois apenas contempla um desconto de 40%, o que não permite que os operadores alternativos concorram numa base equitativa com as soluções de banda larga apresentadas pelo operador incumbente.

Apesar do enquadramento difícil, o Clix continua a promover a sua oferta de banda larga - o Clix Turbo – tendo atingido cerca de 6 mil utilizadores activos no final do mês de Junho.

No que diz respeito à actividade do portal Clix, e como resultado da sua associação com um programa televisivo de novos talentos – “Operação Triunfo”, o Clix aumentou a média de page-views mensais em 26%, atingindo 62 milhões no final de Junho de 2003. Ao contrário do crescimento registado nos níveis de audiências, as receitas de publicidade mantêm-se baixas tendo alcançado 496 mil euros no primeiro semestre de 2003 em comparação com 508 mil euros em idêntico período do ano anterior.

O esforço de contenção de custos e de aumento da rentabilidade no Clix levou ao crescimento do EBITDA de 79% para 0,6 milhões negativos. O cash-flow negativo foi reduzido em 290 mil euros para 1,1 milhões de euros negativos em comparação com o primeiro semestre de 2002.

5.3.2. Público

No primeiro semestre de 2003, o Público viu aumentar a sua média diária de circula o em 12%, 58 mil cópias vendidas, em compara o com idêntico período do ano transacto (Fonte APCT: Jan-Março 2003). O aumento do volume de circula o deve-se, sobretudo, ao impacto produzido por grandes eventos nacionais e internacionais, tais como a guerra no Iraque e os escândalos políticos nacionais, bem como pelo êxito obtido com os produtos associados   venda do jornal. As segundas edi es da cole o “Mil Folhas” e os filmes da “Série Y” foram lançadas no primeiro semestre de 2003.

As receitas de publicidade mantiveram-se est ticas se comparadas com as receitas totais do mercado de imprensa diária que, por sua vez, registaram uma descida de 11% nos meses entre Janeiro e Maio de 2003.

O volume de negócios do Público durante o primeiro semestre foi 26 milhões de euros, um aumento de 52% relativamente ao ano anterior, em grande parte devido   contribui o dos produtos associados. A melhoria acentuada fez-se sentir nos principais indicadores financeiros da empresa, tendo o EBITDA passado de um valor negativo 995 mil euros para 145 mil euros. Por outro lado, o FCF negativo de 6,2 milh es de euros melhorou significativamente para 905 mil euros. A implementa o de programas de conten o de custos a decorrer durante o ano de 2003 contribuiram de igual modo para a obten o destes resultados.

5.4. S&SI

O esforço generalizado de todo o sector empresarial para controlar as suas bases de custos levou a que se efectuassem cortes significativos nas despesas da área de IT/IS. Tal facto, provocou um abrandamento do crescimento das receitas de sistemas de informa o que se encontra bastante dependente do mercado empresarial. Embora os projectos actuais se mantenham em curso e se tenham conseguido atrair novos clientes, a execu o e pagamento foram, em alguns casos, adiados por vários meses. No primeiro semestre de 2003, o volume de negócios do S&SI aumentou 19%, para 30 milhões de euros em compara o com o primeiro semestre de 2002. O EBITDA registou uma descida de 11%, para 3,6 milhões de euros e o resultado líquido passou de 2,3 milhões de euros para 1,9 milhões de euros no mesmo período.

A Enabler conseguiu assegurar um novo e importante contrato na Alemanha, a AVA. No que diz respeito a grandes eventos que marcaram o semestre em análise, a Enabler organizou o Forum de Retalho IT, que trouxe a Portugal nomes bastante conhecidos no retalho mundial como a Walmart, Debenhams, Nisa Today, Ahold, Sonae Distribui o Brasil e Galleries Lafayette.

No primeiro semestre de 2003, a WeDo viu o seu produto “RAID”, software de auditoria de receitas, nomeado para os Billing Awards na categoria de “melhor novo produto”.

6. Regulação

Recentemente o regulador tem assumido algumas posições mais proactivas no sentido de desenvolver um sector de telecomunicações nacional competitivo. No entanto, permanecem inúmeros assuntos de importância fulcral por resolver, de entre os quais se destacam:

- Interconexão móvel: a Sonaecom defende activamente a redução das tarifas de interligação móvel-móvel de forma a eliminar barreiras artificiais à concorrência criadas pelo chamado “efeito de rede”. Portugal é actualmente o país europeu com maior nível de desbalanceamento entre preços de chamadas dentro da rede do mesmo operador e entre redes de operadores diferentes. Esta distorção exige a atenção urgente das autoridades de concorrência.
- Políticas de recuperação de clientes pelo incumbente: o Regulador impôs uma moratória de 6 meses ao incumbente para as suas acções de recuperação de clientes de acesso indirecto aos operadores alternativos.
- Revenda do serviço de aluguer de linha (assinatura mensal): o Regulador anunciou a intenção de impor ao incumbente a obrigatoriedade de revender a assinatura mensal, permitindo eliminar assim o efeito “dupla factura” que actualmente afecta clientes de acesso indirecto. Esta matéria é crítica para o desenvolvimento de uma relação directa com os clientes, permitindo assim evitar qualquer intromissão do incumbente.
- Desagregação do lacete local: apesar da revisão recente da oferta de acesso completo, a mesma contém muitas lacunas operacionais e as suas condições económicas não são viáveis para os operadores alternativos.
- Oferta Grossista ADSL: o regulador anunciou que o incumbente deverá rever a sua oferta grossista ADSL para o preço de retalho com um desconto de 40% face à sua oferta de ADSL mais baixa. Esta deliberação foi recebida com desagrado uma vez que não fornece aos operadores alternativos condições para competir com o operador incumbente na área de Internet de banda larga.
- Dupla propriedade das redes de acesso local: Portugal é o único país europeu em que o incumbente detém posição de mercado dominante em ambas as redes de acesso local (cobre e cabo). A Sonaecom considera fundamental que a Portugal Telecom seja levada a desinvestir da rede de cabo de modo a permitir o desenvolvimento de concorrência efectiva ao nível do acesso local e em última análise, nos mercados de telecomunicações e de Internet.
- Repetidos abusos do incumbente à luz da sua posição de mercado dominante: o incumbente tem vindo a encetar práticas de mercado predatórias em termos de fixação de preços e de esmagamento de margens (mercado ADSL e telecomunicações residenciais). Tais práticas têm vindo igualmente a ser alvo de crescente investigação por parte do Regulador.

7. Status da Gestão Ambiental

A Sonaecom deu um importante passo para o desenvolvimento sustentável dos negócios, ao ser-lhe concedida, no mês de Julho, a Certificação de acordo com a Norma NP EN ISO 14001, pela APCER (Associação Portuguesa de Certificação).

A certificação do Sistema de Gestão Ambiental da Sonaecom (SGA) é particularmente inédita pelo facto de abranger várias empresas, negócios distintos e múltiplas instalações.

8. Análise Financeira

Análise do primeiro semestre...

Apesar de uma conjuntura económica desfavorável, a Sonaecom continua a apresentar melhorias significativas e sustentáveis na sua performance operacional e financeira.

- O volume de negócios consolidado atingiu o valor de 394 milhões de euros, aumentando 3% relativamente ao primeiro semestre de 2002;
- O EBITDA consolidado mais do que duplicou comparativamente ao primeiro semestre de 2002, passando de 31 milhões de euros para 64 milhões de euros;
- O resultado líquido consolidado após interesses minoritários foi negativo em 11 milhões de euros, representando assim uma melhoria de 20 milhões de euros face ao mesmo período do ano anterior;
- O *free cash-flow* aumentou 86%, de 66 milhões de euros negativos para 9 milhões de euros negativos.

Durante o primeiro semestre de 2003, a estrutura de capitais estabilizou e apresentou uma evolução favorável quando comparada com os valores de Dezembro de 2002. Este facto deveu-se essencialmente ao *free cash-flow* gerado no período de referência, que por sua vez, teve por base a boa performance do EBITDA, a gestão eficiente do fundo de maneio e um menor volume de investimento.

Volume de Negócios

Esta variável tem sido um verdadeiro desafio devido à constante e difícil conjuntura económica. A performance da Sonaecom ao nível das receitas tem vindo a ser limitada por um determinado número de factores, de entre os quais se destacam os seguintes:

- Elevadas taxas de penetração no mercado de telecomunicações móvel Nacional;
- Abrandamento da economia, e desaceleração dos consumos privado e empresarial;
- Contínua recessão no mercado publicitário;
- Envolvente regulatória desfavorável para a maioria dos negócios da Sonaecom.

Neste primeiro semestre de 2003, o volume de negócios consolidado atingiu o valor de 394 milhões de euros, representando um aumento de 10 milhões de euros (+3%) face ao primeiro semestre de 2002. Os principais contributos para o volume de negócios consolidado estão apresentados na tabela seguinte:

<i>Contributos para Volume Negócios</i>	<i>1S02</i>	<i>1S03</i>	Δ	$\Delta \%$
OPTIMUS	291,4	289,6	(1,8)	-1%
NOVIS	40,9	39,8	(1,0)	-3%
CLIX	17,3	17,9	0,6	3%
PUBLICO Consolidado	17,2	26,0	8,8	51%
SSI	15,9	19,9	4,1	26%
Outros	1,6	1,1	(0,5)	-31%
SONAECOM	384,2	394,3	10,1	3%

* O volume de negócios da Novis não é comparável, dada a transferência das vendas de equipamentos para a BizDirect com efeitos desde o início de 2003. Se considerarmos valores comparáveis, o contributo do volume de negócios para o consolidado cresceu cerca de 4%.

- A Optimus continua a contribuir com cerca de 73% para o volume de negócios da Sonaecom, tendo contribuído no primeiro semestre de 2003 com 289 milhões de euros, menos 1,8 milhões de euros do que no mesmo período do ano anterior. Este decréscimo deveu-se essencialmente a uma diminuição das receitas de operadores resultante, por sua vez, de um decréscimo nas tarifas de interligação;
- A Novis contribuiu com cerca de 40 milhões de euros para o volume de negócios consolidado, ligeiramente menos do que no primeiro semestre de 2002, no entanto, os valores não são comparáveis visto que, a Novis decidiu transferir, à data de Janeiro de 2003, as vendas de equipamento para a BizDirect, inserida na unidade Software e Sistemas de Informação;
- Apesar da migração mais rápida do que o previsto para a banda larga, penalizando assim as receitas da banda estreita, o Clix conseguiu manter a sua contribuição para o volume de negócios consolidado, em linha com o primeiro semestre de 2002;
- O Público e conjunto de empresas por ele detidas aumentaram o seu contributo para 26 milhões de euros, representando um aumento de mais de 50% face ao contributo do período homólogo do ano anterior, essencialmente devido ao continuo sucesso dos produtos associados, não obstante as receitas de publicidade se terem mantido em baixa;
- O contributo da área de Software e Sistemas de Informação atingiu o valor de 20 milhões de euros, registando um aumento de 26% face ao mesmo período do ano anterior.

Focagem contínua no controlo de custos

<i>Contributos para Volume Despesas</i>	<i>1S02</i>	<i>1S03</i>	Δ	$\Delta \%$
OPTIMUS	198,2	179,4	(18,9)	-10%
NOVIS	48,4	42,7	(5,7)	-12%
CLIX	19,6	17,4	(2,2)	-11%
PUBLICO Consolidado	15,6	22,8	7,2	47%
SSI	11,5	11,7	0,2	2%
Outros	7,9	8,3	0,4	5%
SONAECOM	301,2	282,3	(18,9)	-6%

Não obstante a conjuntura económica e envolvente regulatória adversa, a Sonaecom continuou a apresentar melhorias na performance financeira e no *free cash-flow*, o grupo adaptou a sua organização a esta envolvente, através da contenção de custos e do aumento no nível de eficiência interna.

De uma maneira geral, o total de custos operacionais registou uma redução de 6% para 282 milhões de euros neste semestre, relativamente ao primeiro semestre de 2002.

EBITDA aumentou 103%

No primeiro semestre de 2003 registou um aumento significativo do EBITDA para 64 milhões de euros, mais do dobro do valor registado no primeiro semestre de 2002.

As contribuições para o EBITDA consolidado são apresentadas no quadro seguinte:

<i>Contributos para o EBITDA</i>	<i>1S02</i>	<i>1S03</i>	Δ	$\Delta \%$
OPTIMUS	52.3	68.2	15.9	30%
NOVIS	(17.0)	(3.7)	13.2	78%
CLIX	(2.4)	0.0	2.4	101%
PUBLICO Consolidado	(1.8)	0.7	2.5	139%
SSI	4.5	2.9	(1.6)	-36%
Outros	(4.2)	(4.1)	0.2	4%
SONAECOM	31.4	64.0	32.5	103%

- A Optimus contribuiu com 68 milhões de euros para o EBITDA consolidado, 30% acima do registado no mesmo período do ano anterior;
- A contribuição negativa da Novis para o EBITDA consolidado reduziu significativamente de 17 milhões de euros negativos para 3,7 milhões de euros negativos;
- O Clix apresentou um contributo nulo para o EBITDA da Sonaecom, representando uma melhoria, apesar de condicionalismos desfavoráveis, associados à oferta a retalho de ADSL;
- Consideravelmente melhor do que no mesmo período do ano anterior foi o contributo do Público e empresas por ele detidas, registando um aumento de 139%, consequência do crescimento das receitas de produtos associados;
- A contribuição da área de Software e Sistemas de Informação foi atingida pela retracção das despesas em Tecnologias de Informação e Sistemas de Informação associadas às grandes empresas.

Uma melhoria significativa dos resultados financeiros

As consecutivas reduções nas taxas de juro de referência, aliadas à melhoria da estrutura de capitais da Sonaecom, permitiram um decréscimo significativo nos custos financeiros. Comparativamente ao mesmo período do ano anterior, no primeiro semestre de 2003, os resultados financeiros melhoraram de 13,2 milhões de euros negativos para 9,1 milhões de euros negativos, uma melhoria de 31%.

As provisões para investimentos financeiros ascenderam durante o primeiro semestre de 2003 a 1,4 milhões de euros, consideravelmente abaixo dos 3,1 milhões de euros registados no primeiro semestre de 2002, que incluíam uma provisão de 2,5 milhões de euros destinada a cobrir o investimento efectuado na Altitude Software.

Os resultados líquidos cresceram 64%

Os resultados líquidos após interesses minoritários aumentaram consideravelmente para 11 milhões de euros negativos dos 31 milhões de euros negativos registados durante o período homólogo do ano anterior, resultando de uma melhor performance ao nível do EBITDA, melhores resultados financeiros e provisões mais reduzidas. Um crescimento de 64%, apesar de impostos de 3,8 milhões de euros registados no primeiro semestre de 2003:

- Os maiores contributos para esta evolução nos resultados líquidos consolidados após interesses minoritários foram da Optimus e da Novis. A Optimus registou nos dois trimestres anteriores resultados líquidos positivos e a sua contribuição para os resultados líquidos consolidados no primeiro semestre de 2003 foi de 2,8 milhões de euros;
- O contributo da Novis para os resultados líquidos consolidados após interesses minoritários foi de 7,5 milhões de euros negativos, no entanto, representa uma melhoria significativa relativamente ao primeiro semestre de 2002, cujo valor foi de 17 milhões de euros negativos;
- Os contributos do Clix, do Público e empresas por si detidas para os resultados líquidos consolidados após interesses minoritários foram praticamente neutros e, a contribuição da área de Software e Sistemas de Informação foi positiva no valor de 0,6 milhões de euros;
- Outras empresas operacionais bem como as subsidiárias instrumentais incluindo a Sonaecom SGPS registaram uma contribuição negativa de 6,8 milhões de euros.

<i>Contributos para Resultado Líquido</i>	<i>1S02</i>	<i>1S03</i>	Δ	$\Delta \%$
OPTIMUS	(4.4)	2.8	7.2	163%
NOVIS	(16.6)	(7.5)	9.1	55%
CLIX	(0.7)	(0.1)	0.7	88%
PUBLICO Consolidado	(2.1)	(0.0)	2.1	98%
SSI	3.6	0.6	(3.0)	-84%
Outros	(11.0)	(6.8)	4.2	38%
SONAECOM	(31.3)	(11.2)	20.2	64%

Redução no Investimento consolidado...

No primeiro semestre de 2003, o investimento consolidado da Sonaecom foi de 44 milhões de euros, 34% inferior ao valor registado no mesmo período do ano anterior. As empresas que mais contribuíram para o investimento consolidado foram a Optimus com 36 milhões de euros e a Novis com 5 milhões de euros, representando 82% e 10%, respectivamente. O investimento consolidado do primeiro semestre de 2003 focou-se essencialmente no desenvolvimento e manutenção das redes móvel e fixa e em projectos relacionados com tecnologias de informação.

Financiamento

Principais alterações no perfil da dívida desde o final de 2002

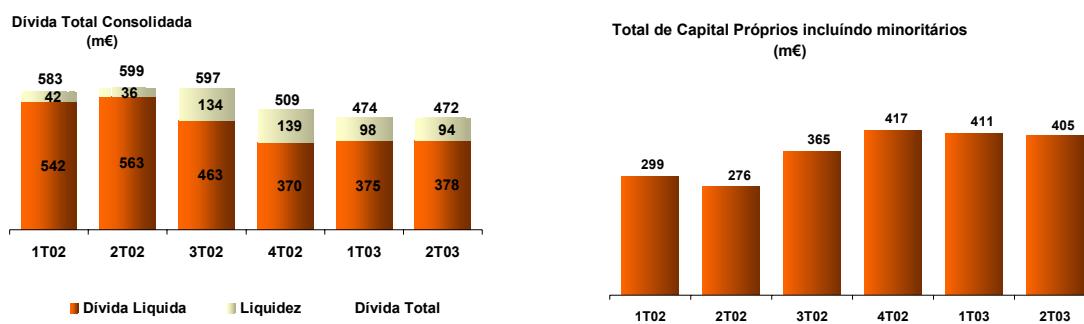
Durante o primeiro semestre de 2003, a liquidez individual da Sonaecom SGPS e os cerca de 4 milhões de euros provenientes de participações minoritárias na Novis e Clix (43.3% detidas à France Telecom) foram a principal fonte de financiamento do Grupo. A liquidez individual da Sonaecom SGPS diminuiu 7,9 milhões de euros para 81,9 milhões de euros no final de Junho de 2003. Outra mudança de relevo foi a utilização da liquidez da Optimus (33 milhões de euros) para efectuar amortizações previstas no financiamento actual.

Estabilização da estrutura financeira

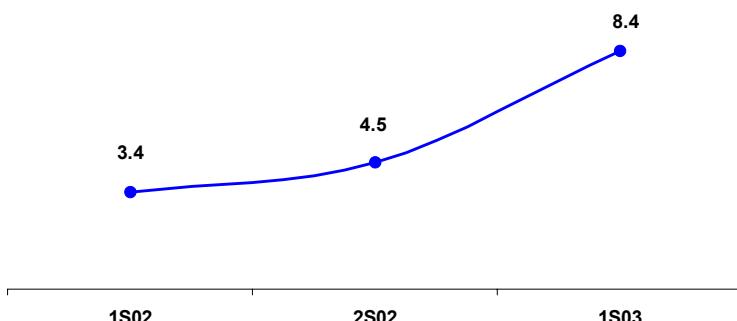
A estrutura financeira da Sonaecom apresentou uma evolução favorável dada a performance do *free cash-flow* durante os primeiros 6 meses de 2003.

A dívida bruta consolidada diminuiu de 509 milhões de euros para 472 milhões de euros, enquanto que a dívida líquida permaneceu estável em 378 milhões de euros. A alavancagem financeira (dívida bruta / totais de capitais próprios + Interesses minoritários) diminuiu de 122% no final de 2002 para 116% no final do 1º Semestre de 2003. O rácio *debt:equity* evoluiu favoravelmente de 55:45 para 54:46.

As evoluções favoráveis acima mencionadas no EBITDA consolidado juntamente com as reduções nos juros suportados permitiram um melhoria significativa do rácio de cobertura de juros (EBITDA/Juros pagos) de 3,4x para 8,4x.



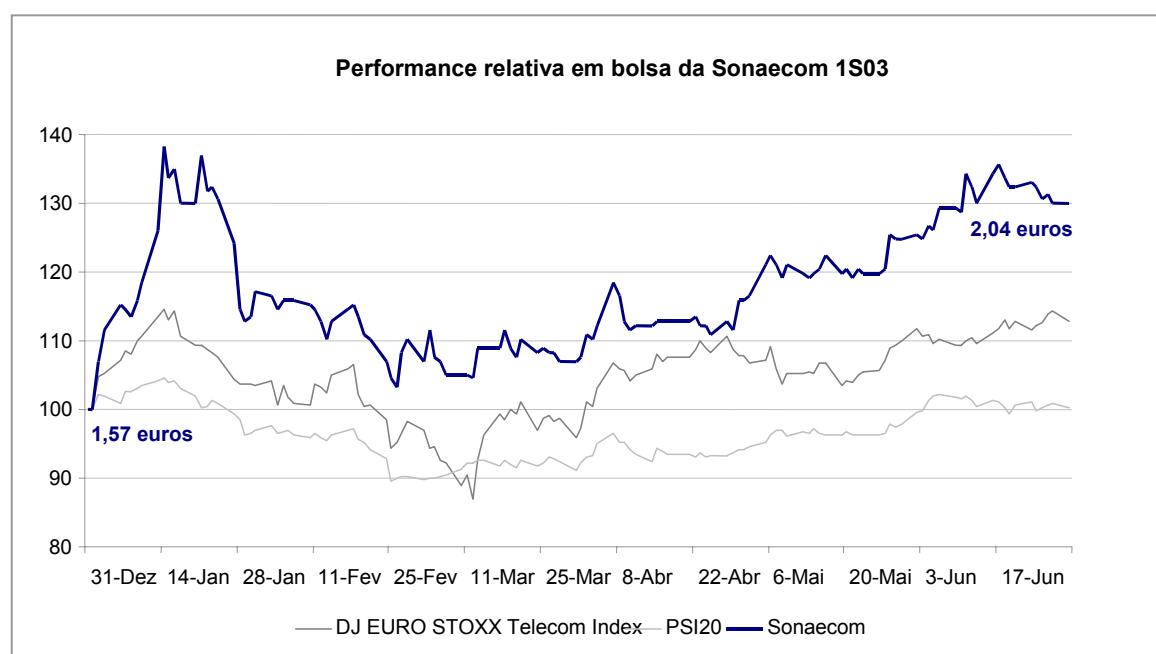
Rácio de cobertura de juros



9. Desempenho bolsista

A cotação da Sonaecom valorizou mais de 30% no primeiro semestre de 2003, fechando a 2,04 euros a 30 de Junho, e com uma capitalização bolsista de 462 milhões de euros. Esta evolução compara com uma valorização do principal índice de Mercado Português (PSI20) de 27% e do principal índice de telecomunicações da Europa (DJ Eurostoxx Telco) de 17%.

O volume médio diário transaccionado neste período foi de 480 mil acções, o que representa 1,23% do capital da empresa disperso em bolsa (17,21% do capital social).



A boa performance poderá ser explicada pela contínua melhoria dos resultados apresentados, quer financeiros quer operacionais, que têm convergido com as expectativas do mercado.

A Sonaecom foi a primeira empresa portuguesa a ser incorporada no Euronext NextEconomy Segment, como um reconhecimento do bom trabalho realizado em termos de transparência e qualidade de comunicação com o mercado de capitais.

Os segmentos da Euronext (Economy e Prime), foram criados para fornecer aos investidores um fluxo constante de informação relevante e detalhada das pequenas e médias empresas listadas na Euronext. Para pertencerem ao segmento da EuroNext, as empresas devem garantir que a sua informação financeira está conforme as exigências especiais, estendendo-se para além das obrigações existentes nos seus próprios mercados.

Com a inclusão no segmento da NextEconomy, a Sonaecom está confiante que conseguirá alcançar uma maior visibilidade nos mercados de capitais internacionais, e conseguirá alargar a diversidade da sua base accionista.

10. Perspectivas futuras

O crescimento do volume de negócios permanecerá baixo em 2003, no entanto a Gestão considera que existe margem para alcançar mais aumentos de rentabilidade operacional e de FCF. Estas serão alcançadas através de contínuas melhorias de processos, aproveitamento de sinergias de Grupo, reduções de custos, melhorias na gestão de fundo de maneio e investimento controlado.

11. Governo da Sociedade

Quadros Directivos

A sociedade possui um Conselho de Administração composto por nove membros, incluindo 5 Administradores Não Executivos. Dos quatro Administradores Executivos, fazem parte o Presidente, os Gestores de Topo de cada unidade de negócio e o Administrador Financeiro do Grupo.

Os Administradores Não Executivos do Conselho de Administração reúnem uma vasta e diversificada experiência empresarial, política e académica e exercem uma influência significativa no processo de tomada de decisão, contribuindo para o processo de reflexão estratégica da sociedade. Três dos Administradores Não Executivos são independentes dos accionistas dominantes.

Durante 2002, Clara Rodrigues Gomes e Filipa Santos Carvalho foram nomeadas Secretário e Secretário-Adjunto da sociedade, respectivamente. Adicionalmente, David Bain foi nomeado o Administrador representante para as relações com o mercado.

Os Administradores

Administradores Executivos

Paulo Azevedo

Presidente da Comissão Executiva da Sonaecom e Presidente do Conselho de Administração da Optimus e da Novis.

Funções anteriores: Presidente da Comissão Executiva da Optimus e Administrador Executivo da Modelo Continente SGPS.

Habilidades literárias: Licenciatura em Engenharia Química pela “École Politechnique Federal de Lausanne” e MBA pelo Instituto Superior de Estudos Empresariais (Universidade do Porto).

António Casanova

Administrador Executivo da Sonaecom e Presidente da Comissão Executiva da Optimus

Funções anteriores: Administrador de Marketing e Vendas da Optimus, Administrador Geral Adjunto da Lever Portuguesa, Director Coordenador de Marketing no Banco Fonsecas & Burnay (Grupo BPI), Consultor Associado Sénior na McKinsey & Co.

Habilidades literárias: Licenciatura com distinção em Economia pela “London School of Economics” e MBA pela Universidade Nova de Lisboa.

Chris Lawrie

Administrador Executivo e CFO da Sonaecom e responsável pelas áreas de estratégia e desenvolvimento corporativo da Sonaecom.

Funções anteriores: Advisor do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Sonaecom; trabalhou na banca de investimentos, cobrindo a Europa do Sul, nas áreas de fusões e aquisições, consultoria geral, mercados de capital próprio e financiamento da dívida; Director do Grupo Europeu de Telecomunicações do “Credit Suisse First Boston”; Director da BZW; e trabalhou na Schroders nas áreas da banca e finanças empresariais.

Habilidades literárias: Licenciatura com distinção em Estudos Empresariais e Finanças, no Reino Unido.

Luis Filipe Reis

Administrador Executivo da Sonaecom, Presidente das Comissões Executivas da Matrix e da Novis e Administrador não executivo da Optimus e da Sonaecom Sistemas de Informação.

Funções anteriores: Administrador Executivo do Conselho de Administração da Modelo Continente SGPS, Presidente da Direcção do Banco Universo e Director de Marketing da Sonae Distribuição.

Habilidades literárias: Licenciatura em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, MBA em Gestão de Empresas pelo ISEE da Universidade do Porto, Doutoramento em Economia pela Universidade Complutense de Madrid e frequência do SEP - Stanford Executive Program (“Stanford University”).

Administradores Não Executivos

Belmiro de Azevedo

Presidente dos Conselhos de Administração da Sonae SGPS e da Sonaecom e Membro da Direcção do World Business Council for Sustainable Development e do European Advisory Board da “London Business School”.

Funções anteriores: Director de Investigação e Desenvolvimento da Sonae, Director-Geral e Administrador Delegado da Sonae, e Director da Associação para a União Monetária Europeia

Habilidades literárias: Licenciatura em Engenharia Química Industrial pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, PMD da “Harvard Business School” e participação no Financial Management Programme na “Stanford University”.

António Borges (independente)

Administrador não executivo da Sonaecom e Vice-Presidente Executivo da “Goldman Sachs International”.

Funções anteriores: Reitor do Insead, Vice-Governador do Banco de Portugal, membro do Comité Monetário para a Comunidade Europeia e Presidente do Subcomité de Política Monetária do Comité Europeu dos Governadores dos Bancos Centrais.

Habilidades literárias: Licenciatura pela Universidade Técnica de Lisboa, e MA e PhD em Economia pela “Stanford University na Califórnia”.

David Bain

Administrador não executivo da Sonaecom e da Optimus e CFO da Efanor Investimentos.

Funções anteriores: CFO da SonaeCom, da Inparsa e da Sonae SGPS. Previously tinha sido CFO

do Grupo Auto-Sueco e CFO de várias empresas de Vinho do Porto do Grupo Taylor/Fonseca.

Habilidades literárias: Licenciatura em Economia pela Universidade de Bristol. Fellow do “Institute of Chartered Accountants”.

Jean-Francois Pontal (independente)

Administrador não executivo da Sonaecom.

Funções anteriores: CEO da subsidiária espanhola do Carrefour - PRYCA, membro do Conselho de Administração do Grupo Carrefour, Vice-Presidente executivo do Grupo France Telecom e CEO da Orange.

Habilidades literárias: Licenciatura em Engenharia do Centre d'Etudes Supérieures des Techniques Industrielles em França.

Richard O'Toole (independente)

Administrador não executivo da Sonaecom, e conselheiro e consultor de várias empresas privadas e públicas nas áreas de comércio, concorrência e regulamentação.

Funções anteriores: Adjunto-especial do Gabinete do Director Executivo da Agência Internacional de Energia da OCDE, Correspondente Político Europeu do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Chefe de Gabinete da Comissão Europeia, Administrador-Executivo da Divisão de Tecnologias no Grupo GPA, Administrador-geral-adjunto do Acordo Geral de Comércio Aduaneiro (GATT), responsável pelo Government Affairs da empresa internacional de engenharia eléctrica ABB e membro da Administração da companhia irlandesa “East Telecom plc”.

Habilidades literárias: Licenciatura e Mestrado pela National University of Ireland.

Outros Membros da Comissão Executiva

António Lobo Xavier

Gestor de topo da Sonaecom com o pelouro legal; responsável pela regulação, planeamento fiscal e comunicação. É membro do Conselho de Administração ou de Comités de diversas instituições públicas e privadas.

Habilidades literárias: Licenciatura em Direito e Mestrado em Ciências Económico-Jurídicas pela Universidade de Coimbra.

Outros Cargos dos Administradores

Belmiro Mendes de Azevedo

EFANOR INVESTIMENTOS, SGPS, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)

IMOCAPITAL - SGPS, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)

MODELO CONTINENTE, SGPS, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)

PRAÇA FOZ - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)

SETIMANALE - SGPS, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)

SONAE - SGPS, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)

SONAE CAPITAL, SGPS, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)

SONAE IMOBILIÁRIA - SGPS,S.A. (Presidente do Conselho de Administração, não executivo)

SONAE INDÚSTRIA - SGPS, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)

SONAECOM - SGPS, S.A. (Presidente do Conselho de Administração, não executivo)

SPRED - SGPS, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)

TABLEROS DE FIBRAS, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

CLIXGEST - INTERNET E CONTEÚDOS, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)

EFANOR INVESTIMENTOS, SGPS, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)

ENABLER - INFORMÁTICA, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)

IMPARFIN, SGPS, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)

MIGRACOM - SGPS, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)

MODELO CONTINENTE, SGPS, S.A. (Vogal do Conselho de Administração, não-executivo)

NOVIS TELECOM, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)

OPTIMUS - TELECOMUNICAÇÕES, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)

PORTAIS VERTICIAIS. COM, SGPS, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)

PRAÇA FOZ - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)

PÚBLICO COMUNICAÇÃO SOCIAL, S.A. (Membro do Conselho Geral)

SONAE INDÚSTRIA, SGPS, S.A. (Vogal do Conselho de Administração, não-executivo)
SONAE MATRIX MULTIMÉDIA, SGPS, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
SONAE TELECOM, S.A. (Presidente do Conselho de Administração, não-executivo)
SONAE TELECOM, SGPS, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
SONAECOM – Sistemas de Informação, SGPS, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
SONAECOM - SGPS, S.A. (Vogal do Conselho de Administração, executivo)
WEDO CONSULTING - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)

António Castelo Branco Borges

BANCO SANTANDER DE NEGÓCIOS PORTUGAL, S.A. (Presidente do Conselho Fiscal)
BANCO SANTANDER PORTUGAL, S.A. (Presidente do Conselho Fiscal)
GOLDMAN SACHS INTERNATIONAL (Vice Presidente do Conselho de Administração)
JERÓNIMO MARTINS, SGPS, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
SONAECOM - SGPS, S.A. (Vogal do Conselho de Administração, não executivo)
CNP Assurances (Membro do Conselho de Supervisão)
Caixa Seguros (Vogal do Conselho de Administração, não executivo)
SCOR (Membro do Conselho de Supervisão)

António José Santos Silva Casanova

CONTACTO ÚTIL - SERVIÇOS E GESTÃO DE ATENDIMENTO A CLIENTES, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
OPTIMUS - TELECOMUNICAÇÕES, S.A. (Vogal do Conselho de Administração, executivo)
PER - MAR, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
PÚBLICO - COMUNICAÇÃO SOCIAL, S.A. (Membro do Conselho Geral)
SESI - Sociedade de Ensino Superior e Investigação, SA (Vogal do Conselho Administração)
SONAECOM - SGPS, S.A. (Vogal do Conselho de Administração, executivo)
WEDO CONSULTING - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, S.A. (Vogal do Conselho de Administração, não-executivo)

George Christopher Lawrie

Investimento Directo – Sociedade Financeira de Corretagem, S.A. (Vogal do Conselho de Administração, não-executivo)
SONAECOM – SGPS, S.A. (Vogal do Conselho de Administração, executivo)

David Graham Shenton Bain

ANTIQUIMO- SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
BA CAPITAL SGPS, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
EFANOR – SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
HARPA BEHEER, BV (Director)
IMOEQUIP – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
IMOESPIDO – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
IMOPINCEL – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
IMOSOALHO – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
LAMIRÉ – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
LIAMAN, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
LINHACOM - SGPS, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
MAGNOIMO – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)

MIGRACOM – SGPS, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
OBOÉ – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
OPTIMUS – TELECOMUNICAÇÕES, S.A. (Vogal do Conselho de Administração, não- executivo)
PAREURO, BV (Director)
PLANTIMO – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
REALEJO – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
RETAILBOX, BV (Director)
SETIMANALE SGPS, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
SONAE TELECOM, BV (Director)
SONAECOM - SGPS, S.A. (Vogal do Conselho de Administração, não-executivo)
TOTAL SHARE SGPS, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
VISTAS DA FOZ – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)

Jean-François René Pontal

ING DIRECT, France (Membro do Conselho Consultivo)
SONAECOM - SGPS, S.A. (Vogal do Conselho de Administração, não-executivo)

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

CLIXGEST – INTERNET E CONTEÚDOS, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
ENABLER – INFORMÁTICA, S.A. (Vogal do Conselho de Administração, não-executivo)
EXIT TRAVEL – AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO ONLINE, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
FUN ONLINE – ACTIVIDADES LÚDICAS, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
MIAUGER – ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE LEILÕES ELECTRÓNICOS, SA (Presidente do Conselho de Administração)
MODELO CONTINENTE, SGPS, SA (Vogal do Conselho de Administração, não-executivo)
MYPLACE - CONTEÚDOS IMOBILIÁRIOS NA INTERNET, S.A. (Vogal do Conselho de Administração, não-executivo)
NET MALL, SGPS, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
NOVIS TELECOM, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
OPTIMUS – TELECOMUNICAÇÕES S.A. (Vogal do Conselho de Administração, não-executivo)
PORTAIS VERTICAIS.COM, SGPS, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
PÚBLICO – COMUNICAÇÃO SOCIAL, S.A. (Membro do Conselho Geral)
PÚBLICO.PT – SERVIÇOS DIGITAIS MULTIMÉDIA, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
SONAE MATRIX MULTIMÉDIA, SGPS, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
SONAE TELECOM, SGPS, S.A. (Vogal do Conselho de Administração, não-executivo)
SONAECOM - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, SGPS, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
SONAECOM - SGPS, S.A. (Vogal do Conselho de Administração)
WE DO CONSULTING – SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, S.A. (Vogal do Conselho de Administração, não-executivo)
WE DO DO BRASIL – SOLUÇÕES INFORMÁTICAS, LDA. (Gerente)
XS – COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E LAZER, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)

Richard Henry O'Toole

Hutchison Europe Limited, United Kingdom (Vogal do Conselho de Administração, não-executivo)
SONAECOM - SGPS, S.A. (Vogal do Conselho de Administração, não executivo)

Exercício de Direito de Voto e Representação de Accionistas

A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice Presidente e um Secretário sendo eleita pelos accionistas por um período de quatro anos. A Assembleia Geral é convocada e dirigida pelo Presidente ou na sua ausência ou impedimento, pelo Vice Presidente. Em relação às reuniões de Assembleia Geral, destaca-se a possibilidade de nelas participarem, através de representante ou directamente, todos os accionistas com direito de voto, sendo que a cada grupo de quinhentas acções corresponde um voto, tendo os accionistas tantos votos quanto os correspondentes à parte inteira que resultar da divisão por quinhentos do número de acções que possuam.

Em termos de segregação de funções e de governo da sociedade, e de acordo com os estatutos da sociedade, a Mesa de Assembleia Geral nomeou uma Comissão de Vencimentos, a qual é responsável pela aprovação da remuneração dos Administradores da sociedade em representação dos accionistas. Esta comissão reúne uma vez por ano e adicionalmente sempre que seja necessário e é composto pelo Presidente e dois especialistas independentes.

Os estatutos da Sonaecom prevêem um conjunto de regras societárias relacionadas com o exercício de direito de voto.

Não está consagrada a possibilidade de exercício de voto por meios electrónicos, sendo no entanto permitido o exercício de voto por correspondência.

Regras Societárias

A Sonaecom não definiu a existência de códigos de conduta e de regras específicas para a resolução de conflitos de interesses, sigilo e incompatibilidades na medida em que tais princípios no seu entendimento, decorrem directamente dos deveres impostos pela lei aos membros do órgão de administração.

Nenhum accionista tem direitos especiais e a Sonaecom não tem conhecimento da existência de acordos parassociais.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Sonaecom pode ser composto por um número ímpar de três, cinco, sete ou nove membros, sendo os mesmos eleitos por maioria dos votos emitidos, por mandatos de quatro anos, podendo ser reeleitos. O Presidente será eleito pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração deverá reunir-se pelo menos quatro vezes por ano, nos termos dos estatutos. O quórum para a reunião do Conselho de Administração consiste na maioria simples do número de administradores eleitos, possuindo os seus membros iguais direitos de voto e sendo as deliberações do Conselho de Administração tomadas por maioria de votos emitidos.

As competências do Conselho de Administração são as definidas por lei.

Nos termos dos estatutos, o Conselho de Administração pode delegar numa Comissão Executiva a competência e os poderes de gestão, e deveres e responsabilidades que entendam adequados. A Comissão Executiva será constituída por elementos seleccionados de entre os membros do Conselho de Administração. É necessária a unanimidade dos Membros da Comissão Executiva para aprovação das suas decisões.

A Comissão Executiva apenas poderá deliberar sobre as matérias de gestão corrente da sociedade, estando-lhe vedadas todas as matérias que são da reserva da competência do Conselho de Administração.

Por forma a garantir que o Conselho de Administração tem conhecimento das decisões tomadas pela Comissão Executiva, as mesmas, desde que relevantes, têm de ser comunicadas ao Conselho de Administração.

Actualmente, o Conselho de Administração da Sonaecom é composto por nove Membros, incluindo 4 Membros Executivos e 5 Não Executivos.

Actualmente a Comissão Executiva reúne mensalmente e é composta por quatro Administradores: o Presidente Executivo, dois Administradores responsáveis pelas principais unidades de negócio e o Administrador responsável pela área financeira. É convidado a integrar a Comissão Executiva o Gestor de topo com o pelouro da área legal do Grupo. O Presidente da Comissão Executiva é o Principal Administrador Executivo do Grupo.

A remuneração variável dos Membros Executivos do Conselho de Administração está dependente da performance de indicadores de negócio chave, e inclui a evolução da cotação. Os Administradores Não Executivos não recebem remuneração variável. A atribuição de planos de incentivos de acções diferidos, é feita apenas a Administradores Executivos, tendo por base a sua avaliação individual anual.

Por forma a melhorar a eficiência operacional do Conselho de Administração e cumprir com as melhores práticas em termos de governo da sociedade, o Conselho de Administração criou duas Sub-Comissões:

Comissão de Auditoria e Financas

A Sonaecom tem uma Comissão de Auditoria e Finanças (“BAFC”) que é responsável, em representação do Conselho de Administração, pelo controle e auditoria do processo de reporte financeiro da Sociedade e por avaliar o risco associado à sua actividade. O BAFC reúne directamente com as equipas de auditoria externas e internas. A Comissão é composta por três Administradores Não Executivos sendo liderada por dois Administradores Não Executivos Independentes.

Comissão de Nomeações e de Remuneração

A Sonaecom tem uma Comissão de Nomeações e de Remuneração (“BNRC”) que é responsável, em representação do Conselho de Administração, pela identificação de potenciais candidatos a Administradores ou a Quadros de Topo do Grupo Sonaecom e pela supervisão do processo de elaboração de propostas de remuneração. A Comissão é composta por três Administradores Não Executivos, dois dos quais Independentes, e o Presidente da Comissão Executiva.

A SonaeCom e o Mercado de Capitais

Departamento de Relações com Investidores

A SonaeCom possui um Departamento de Relações com Investidores responsável por gerir o relacionamento com os accionistas, investidores, analistas, autoridades do mercado, e em particular com a entidade reguladora - CMVM.

Em cada trimestre, este departamento é responsável pela comunicação de resultados ao mercado, bem como pela divulgação de comunicados e “press releases” necessários à clarificação de quaisquer factos relevantes que ocorram e que possam influenciar a cotação da acção. O Departamento de relações com os investidores está ainda disponível a qualquer momento para prestar esclarecimentos à comunidade financeira em geral.

Como parte do seu compromisso com os accionistas, a empresa está disponível para reunir com investidores quer em conferências quer em reuniões a pedido.

O contacto com o departamento pode ser feito por email através do endereço investor.relations@sonae.com ou por contacto telefónico para o número 351-93-100 2270. Existe também um site na internet (www.sonae.com) onde são publicados todos os factos relevantes sobre as actividades do Grupo, nomeadamente relatórios e contas, “press releases” ou notícias de carácter geral sobre a empresa.

O Representante da SonaeCom para as Relações com o Mercado é David Graham Shenton Bain, que pode ser contactado através do departamento de Relações com os Investidores ou, se necessário, via o seguinte e-mail : david.bain@sonae.com.

12. Agradecimentos

Ao Fiscal Único agradecemos pela supervisão e cooperação prestadas durante este semestre. Agradecemos aos nossos fornecedores, às instituições bancárias e a outros parceiros do grupo pela confiança que depositaram em nós.

Acima de tudo, gostaríamos de agradecer a toda a equipa de colaboradores do grupo Sonaecom, que trabalharam incansavelmente para assegurar a continuidade do sucesso alcançado, e cujos esforços são totalmente reconhecidos.

Maia, 23 de Julho de 2003

O Conselho de Administração,

Belmiro Mendes de Azevedo

Duarte Paulo Teixeira Azevedo

António Castelo Branco Borges

António José Santos Silva Casanova

David Graham Shenton Bain

George Christopher Lawrie

Jean-François René Pontal

Luis Filipe Campos Dias de Castro Reis

Richard Henry O'Toole

II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

SONAE COM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 30 DE JUNHO DE 2003 e "PRÓ-FORMA" em 30 DE JUNHO E 31 DE DEZEMBRO DE 2002

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	Junho de 2003	"Pró-forma"	
			Junho de 2002 (Não auditado)	Dezembro de 2002
ACTIVOS NÃO CORRENTES:				
Imobilizações corpóreas	I.c), I.f) e 4	508.153.640	520.886.217	527.450.454
Imobilizações incorpóreas	I.d) e 5	202.115.955	223.773.234	207.320.293
Investimentos em empresas associadas	I.a), I.b) e 2	815.303	1.116.102	795.862
Investimentos disponíveis para venda	I.e) e 6	2.289.500	10.390.303	2.644.032
Impostos diferidos activos	I.p) e 7	91.571.549	98.087.489	94.549.225
Outros activos não correntes	I.r) e 8	9.924.769	9.259.996	8.235.048
Total de activos não correntes		<u>814.870.716</u>	<u>863.513.342</u>	<u>840.994.914</u>
ACTIVOS CORRENTES:				
Existências	I.h) e 9	9.681.611	22.735.047	16.365.292
Clientes	I.i) e 10	158.897.434	175.364.419	173.096.921
Outras dívidas de terceiros	11	9.742.054	10.312.128	7.921.700
Outros activos correntes	I.j), I.q) e 12	60.802.245	91.805.519	52.506.234
Caixa e equivalentes de caixa	I.k) e 13	94.120.446	35.727.507	131.678.010
Total de activos correntes		<u>333.243.790</u>	<u>335.944.620</u>	<u>381.568.157</u>
Total do activo		<u>1.148.114.506</u>	<u>1.199.457.961</u>	<u>1.222.563.071</u>
CAPITAL PRÓPRIO, INTERESSES MINORITÁRIOS E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO:				
Capital social	14 e 15	226.250.000	181.000.000	226.250.000
Reservas	15	31.166.114	41.166.283	95.903.794
Resultado líquido consolidado	15	(11.151.353)	(31.312.023)	(65.104.595)
Total do capital próprio		<u>246.264.761</u>	<u>190.854.260</u>	<u>257.049.199</u>
INTERESSES MINORITÁRIOS				
PASSIVO:	16	<u>158.283.747</u>	<u>85.464.851</u>	<u>160.195.053</u>
PASSIVO NÃO CORRENTE:				
Empréstimos de longo prazo - líquidos da parcela de curto prazo	I.l) e 17	280.573.500	336.688.200	308.630.851
Outros credores não correntes	I.f) e 18	12.794.733	-	4.439.962
Total de passivos não correntes		<u>293.368.233</u>	<u>336.688.200</u>	<u>313.070.813</u>
PASSIVO CORRENTE:				
Parcela de curto prazo dos empréstimos de longo prazo	I.i) e 17	61.114.700	63.311.800	56.762.250
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	I.l) e 19	121.721.156	198.507.862	143.614.676
Fornecedores	20	132.672.057	160.062.707	158.431.879
Outras dívidas a terceiros	21	19.673.600	32.277.384	19.702.726
Outros passivos correntes	I.q) e 22	105.845.383	125.696.897	104.717.259
Provisões para riscos e encargos	I.o) e 23	9.170.869	6.594.000	9.019.216
Total de passivos correntes		<u>450.197.765</u>	<u>586.450.650</u>	<u>492.248.006</u>
Total do passivo, capital próprio e interesses minoritários		<u>1.148.114.506</u>	<u>1.199.457.961</u>	<u>1.222.563.071</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Carlos Rui Verde Ribeiro

Belmiro Mendes de Azevedo

Duarte Paulo Teixeira Azevedo

António Castelo Branco Borges

António José Santos Silva Casanova

David Graham Shenton Bain

George Christopher Lawrie

Jean-François René Pontal

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

Richard Henry O'Toole

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PARA O SEMESTRE E PARA O TRIMESTRE FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2003 E

"PRÓ-FORMA" PARA O SEMESTRE E PARA O TRIMESTRE FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2002 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002

	Notas	(Montantes expressos em Euros)			"Pró-forma"		
		Junho de 2003	Março a Junho de 2003 (Não auditado)	Junho de 2002 (Não auditado)	Junho de 2002	Março a Junho de 2002 (Não auditado)	Dezembro de 2002
Proveitos operacionais:							
Vendas	24	47.902.411	20.656.907	30.714.002	15.461.498	78.698.737	
Prestações de serviços	24	346.386.846	178.065.348	353.451.243	186.185.549	710.247.658	
Outros proveitos operacionais	25	5.723.476	3.419.984	5.600.619	3.655.470	12.425.118	
Total de proveitos operacionais		400.012.733	202.142.239	389.765.864	205.302.517	801.371.514	
Custos operacionais:							
Custo das vendas	9	(41.128.499)	(17.193.197)	(40.452.722)	(19.121.227)	(95.420.241)	
Fornecimentos e serviços externos	I.g) e 26	(225.404.865)	(114.597.777)	(241.004.682)	(127.901.496)	(482.827.625)	
Custos com o pessoal	34	(46.629.508)	(24.190.524)	(51.334.380)	(26.562.374)	(101.967.049)	
Amortizações e depreciações	4 e 5	(65.164.843)	(32.228.765)	(63.539.153)	(31.897.662)	(129.313.578)	
Provisões e perdas de imparidade	I.o), I.v) e 23	(12.735.025)	(6.410.619)	(16.654.069)	(7.861.877)	(28.143.380)	
Outros custos operacionais	I.v) e 27	(10.128.850)	(5.505.640)	(8.875.102)	(4.887.239)	(21.467.783)	
Total de custos operacionais		(401.191.590)	(200.126.522)	(421.860.108)	(218.231.875)	(859.139.656)	
Resultados operacionais		(1.178.857)	2.015.717	(32.094.244)	(12.929.358)	(57.768.142)	
Resultados financeiros							
Resultados correntes	I.m), I.n), I.t) e 28	(9.141.996)	(4.644.688)	(13.226.650)	(8.003.028)	(31.242.211)	
Resultados correntes		(10.320.853)	(2.628.970)	(45.320.894)	(20.932.386)	(89.010.353)	
Resultados extraordinários							
Resultado antes de impostos		-	-	-	-	-	
(10.320.853)		(2.628.970)	(45.320.894)	(20.932.386)	(89.010.353)		
Imposto sobre o rendimento	I.p), 7 e 29	(3.849.838)	(2.332.580)	(5.665.057)	(2.950.376)	(10.193.662)	
Resultado depois de impostos		(14.170.691)	(4.961.550)	(50.985.951)	(23.882.762)	(99.204.015)	
Interesses minoritários	16	3.019.338	567.643	19.673.928	8.533.426	34.099.420	
Resultado líquido consolidado		(11.151.353)	(4.393.907)	(31.312.023)	(15.349.336)	(65.104.595)	
Resultados por acção							
Incluindo operações em descontinuação							
Básicos		(0,05)	(0,02)	(0,17)	(0,08)	(0,32)	
Diluídos		(0,05)	(0,02)	(0,17)	(0,08)	(0,32)	
Excluindo operações em descontinuação							
Básicos		(0,05)	(0,02)	(0,17)	(0,08)	(0,32)	
Diluídos		(0,05)	(0,02)	(0,17)	(0,08)	(0,32)	

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Carlos Rui Verde Ribeiro

Belmiro Mendes de Azevedo

Duarte Paulo Teixeira Azevedo

António Castelo Branco Borges

António José Santos Silva Casanova

David Graham Shenton Bain

George Christopher Lawrie

Jean-François René Pontal

Luis Filipe Campos Dias de Castro Reis

Richard Henry O'Toole

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXA
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2003 E "PRO-FORMA" EM 30 DE JUNHO DE 2002
 (Montantes expressos em Euros)

	Junho de 2003	Junho de 2002 (não auditado)
Resultado operacional antes de Amortizações, Depreciações e Provisões	76.721.010	46.155.590
Variação de fundos circulantes	<u>(51.223.162)</u>	<u>45.964.414</u>
Fluxos de actividade operacional	<u>25.497.848</u>	<u>92.120.004</u>
Investimento líquido financeiro	(2.500.000)	(1.783.262)
Investimento líquido em imobilizado corpóreo	(23.546.968)	(131.539.512)
Outras actividades de investimento	<u>-</u>	<u>362.648</u>
Fluxos de actividade de investimento	<u>(26.046.968)</u>	<u>(132.960.126)</u>
Variação de empréstimos concedidos e obtidos	(37.067.284)	29.563.192
Receitas/Despesas financeiras	<u>(8.803.219)</u>	<u>(8.990.250)</u>
Fluxos de actividade de financiamento	<u>(45.870.503)</u>	<u>20.572.942</u>
Variação de caixa e seus equivalentes	<u>(46.419.623)</u>	<u>(20.267.180)</u>
Disponibilidades no início do período	140.540.069	55.994.687
Disponibilidades no fim do período *	94.120.446	35.727.507

* As disponibilidades relativas à filial Investimento Directo, a partir do ano 2003, passaram a ser apresentadas pelo líquido dos valores de disponibilidades dessa filial e dos adiantamentos recebidos de clientes da mesma (Nota introdutória i) do Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados).

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Carlos Rui Verde Ribeiro

Belmiro Mendes de Azevedo

Duarte Paulo Teixeira Azevedo

António Castelo Branco Borges

António José Santos Silva Casanova

David Graham Shenton Bain

George Christopher Lawrie

Jean-François René Pontal

Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis

Richard Henry O'Toole

**Anexo
às
demonstrações financeiras consolidadas**

***Anexo
às
demonstrações financeiras consolidadas***

(Montantes expressos em Euros)

Nota introdutória

A SONAE COM, S.G.P.S., S.A. (“Empresa” ou “Sonaecom”) foi constituída em 6 de Junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal, sendo a empresa-mãe dum universo de empresas conforme indicado nas Notas 1 e 2 (“Grupo”).

Por escritura pública de 30 de Setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, S.G.P.S., S.A., passando a Empresa a abranger as participações financeiras das empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de Novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, S.G.P.S., S.A.. Desde então, o objecto social da Empresa é a gestão de participações sociais, tendo o capital social sido redenominado para Euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de acções de valor nominal unitário de 1 Euro.

Em 1 de Junho de 2000, a Empresa foi objecto de uma Oferta Combinada de Acções, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 acções, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida (i) aos colaboradores do Grupo Sonae, (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom e (iii) ao público em geral.
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 acções, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda, e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da Empresa, tendo as novas acções sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae, S.G.P.S., S.A. (accionista da Sonaecom, doravante designada “Sonae”). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 de novas acções ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 Euro. O preço de subscrição das novas acções foi igual ao preço fixado para a alienação das acções na referida Oferta Combinada (10 Euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou 4.721.739 acções representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de Venda e 1.507.865 acções a gestores do Grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de Junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 Euros para 226.250.000 Euros por subscrição pública reservada aos accionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas acções, de valor nominal unitário de 1 Euro, ao preço de 2,25 Euros por acção.

Em 30 de Abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para SONAECOM, S.G.P.S., S.A..

Os negócios do Grupo consistem essencialmente nas seguintes actividades:

- Operador de telecomunicações móveis;
- Operador de telecomunicações fixas;
- Internet e media;
- Consultoria em sistemas de informação.

O Grupo opera, essencialmente, em Portugal, com algumas das subsidiárias a operar no Brasil, Reino Unido, Holanda e Alemanha.

Desde 1 de Janeiro de 2001, as empresas do Grupo sediadas na Zona Euro passaram a adoptar o Euro como moeda base nos seus processos, sistemas e registos contabilísticos.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram as seguintes:

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Notas 1 e 2), mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal ajustados, no processo de consolidação, de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS/IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) em vigor em 1 de Janeiro de 2003, data que corresponde ao início do período da primeira aplicação pela Sonaecom dos IAS/IFRS. Deste modo, as demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas com base em alguns princípios e políticas contabilísticas que divergem dos adoptados nas últimas demonstrações financeiras anuais, elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, não contendo referência às notas requeridas pelo Plano Oficial de Contabilidade. Contudo, toda a informação exigida pelo mesmo encontra-se divulgada nas notas que se seguem.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas, foram adoptados alguns princípios e políticas contabilísticas que divergem dos adoptados nas demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, nomeadamente, o desreconhecimento de activos incorpóreos associados aos custos de angariação de clientes, às despesas de instalação e às despesas de investigação e desenvolvimento e à reposição do goodwill no activo, o qual a partir de 1 de Janeiro de 2001 tinha sido contabilizado directamente na rubrica de “Reservas”.

O efeito dos ajustamentos, reportados a 1 de Janeiro de 2002, relacionados com a adopção de princípios e políticas contabilísticas de acordo com os IAS, no montante negativo de 81.311.061 Euros, foram registados nos capitais próprios nas rubricas de Reservas “Outras reservas” e “Ajustamentos iniciais para IAS” (Nota 15).

A reconciliação entre o capital próprio em 30 de Junho de 2003 e 2002 e os resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 e do semestre findo em 30 de Junho de 2002, obtidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, e o capital próprio em 30 de Junho de 2003 e 2002 e os resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 e do semestre findo em 30 de Junho de 2002, obtidos de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, é apresentada na Nota 15.

Princípios de consolidação

São os seguintes os métodos de consolidação adoptados pelo Grupo:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, é apresentado separadamente no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respectivamente, na rubrica “Interesses minoritários”.

Os interesses minoritários incluem a proporção dos terceiros no justo valor dos activos e passivos identificáveis à data de aquisição das subsidiárias.

Quando os prejuízos aplicáveis aos minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a subsidiária subsequentemente relatar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenham sido recuperados.

Na aquisição de empresas do Grupo é seguido o método da compra. Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda. As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados.

As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se descritas na Nota 1.

Os investimentos financeiros em empresas do grupo excluídas da consolidação são imateriais e são apresentados ao custo de aquisição (Nota 2).

b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, bem como pelas outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas por contrapartida da rubrica de “Reservas”.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade ou quando as perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, altura em que procede ao registo de uma provisão para riscos e encargos para esse efeito.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se descritos na Nota 2.

c) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens entram em funcionamento, por contrapartida da rubrica “Amortizações e depreciações” da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detectadas no valor de realização do imobilizado corpóreo, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica “Outros custos operacionais” da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas equiparam-se às taxas máximas fiscalmente aceites, as quais traduzem a vida útil estimada dos bens, com a seguinte excepção:

- i) Equipamento básico, para o qual foram determinadas taxas específicas de amortização, julgadas mais adequadas, tendo em consideração a vida útil estimada dos respectivos bens.

Os correspondentes anos de vida útil estimada são os seguintes:

	<u>Anos de vida útil</u>
Edifícios e outras construções	10-50
Equipamento básico	8-20
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3-8
Ferramentas e utensílios	4
Outras imobilizações corpóreas	4-8

As despesas correntes com reparação e manutenção do imobilizado são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período de utilização dos respectivos bens, são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

As imobilizações em curso representam imobilizado ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registadas ao custo de aquisição. Estas imobilizações são amortizadas a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

d) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade. As imobilizações incorpóreas só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para o Grupo e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As imobilizações incorpóreas compreendem, essencialmente, software (excluindo aquele que se encontra associado a imobilizações corpóreas – software de sites de telecomunicações), propriedade industrial e os encargos incorridos com as licenças de operador de rede móvel (GSM e UMTS) e de rede fixa.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (três anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas, sendo as licenças de operador de rede móvel e de rede fixa amortizadas pelo período de tempo durante o qual foram concedidas. A licença de operador UMTS não se encontra a ser amortizada, uma vez que ainda não se iniciou a operação comercial recorrendo a essa tecnologia.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do grupo e associadas e o montante atribuído ao justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas no imobilizado incorpóreo na rubrica de “Goodwill”, sendo amortizadas durante o período estimado de recuperação do investimento, geralmente dez anos, e, quando negativas, são registadas directamente na rubrica de “Reservas”. As amortizações e as perdas de imparidade do exercício do “goodwill” são registadas na demonstração de resultados do exercício, respectivamente, nas rubricas de “Amortizações e depreciações” e de “Outros custos operacionais”.

As amortizações do exercício das imobilizações incorpóreas são registadas na demonstração de resultados na rubrica de “Amortizações e depreciações”.

e) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até à maturidade
- Investimentos detidos para negociação
- Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até à maturidade são classificados como activos não correntes, excepto se a sua maturidade for inferior a 12 meses da data do balanço. Os investimentos detidos para negociação são classificados como activos correntes. Os investimentos disponíveis para venda são classificados como activos correntes se o Conselho de Administração manifesta intenção de os alienar num período inferior a 12 meses.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da entrega.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor da retribuição dada por ele, incluindo despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos disponíveis para venda são remensurados pelos seus justos valores, sem qualquer dedução para custos da transacção em que se possa incorrer na venda, por referência à sua cotação ou ao valor de mercado estimado à data do balanço.

f) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o imobilizado corpóreo, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do imobilizado corpóreo são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

g) Locação operacional (ALD's)

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração (“ALD”), estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, pelo método das quotas constantes, durante o período de aluguer a que respeitam.

h) Existências

As existências são valorizadas ao menor do custo de aquisição ou do valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos de comercialização.

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de existências reflectem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado das existências, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação, obsolescência e deterioração (Nota 9).

i) Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido. Os adiantamentos recebidos de clientes pela filial Investimento Directo, a qual desenvolve uma actividade financeira de corretagem, diferenciada da essencial do grupo, são apresentados no balanço líquidos dos valores consignados em depósitos à ordem, não sendo material o efeito deste procedimento.

j) Títulos negociáveis

Os títulos negociáveis e outras aplicações de tesouraria com vencimento a mais de três meses são valorizados ao menor do custo de aquisição ou valor de mercado, e registam-se na rubrica de “Outros activos correntes”.

k) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

l) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas em outros activos correntes ou não correntes e reconhecidas como custo, de forma linear, ao longo do período de vida desses empréstimos.

m) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida em que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos directamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de activos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do activo ou ainda quando o projecto em causa se encontra numa fase de suspensão.

n) Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pelo Grupo.

Os instrumentos financeiros derivados (“cash flow hedges”) utilizados pelo Grupo respeitam a “swaps” de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos “swaps” de taxa de juro são em tudo idêntico às condições estabelecidas para os empréstimos contratados.

o) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

p) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do grupo.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos activos. No final de cada exercício é efectuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 7).

q) Especialização de exercícios e Rédito

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de “Outros activos correntes” e “Outros passivos correntes” (Notas 12 e 22) são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

As receitas dos serviços de telecomunicações são reconhecidas no período em que ocorrem. A facturação destes serviços é efectuada numa base mensal. Os valores não facturados, desde o último ciclo de facturação até ao final do mês, são registados com base na valorização do tráfego realmente ocorrido. As diferenças entre estes valores estimados e os reais, que normalmente não são significativas, são registadas no período subsequente.

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos e descontos.

r) Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

s) Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

t) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do exercício.

u) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

São tratadas como entidades estrangeiras aquelas que operando no estrangeiro têm autonomia organizacional, económica e financeira.

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio existente à data do balanço e os custos e proveitos dessas demonstrações financeiras foram convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média do período. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica “Outras reservas”.

As cotações utilizadas para conversão em Euros das contas das filiais e associadas estrangeiras foram as seguintes:

	2003		2002	
	30.06.03	Média	30.06.02	Média
Libra inglesa	1,44259	1,46092	1,53893	1,60981
Real brasileiro	0,30407	0,28051	0,35513	0,46002

v) Imparidade de activos

É efectuada uma avaliação de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um activo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de “Outros custos operacionais”. A quantia recuperável, é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como resultados operacionais. Contudo, a reversão de uma perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda de imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

w) Contingências

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

Um activo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

x) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events”), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

1. Empresas incluídas na consolidação

As empresas do grupo incluídas na consolidação, suas sedes sociais, actividade principal, detentor de capital e proporção do capital detido em 30 de Junho de 2003 e 2002, são as seguintes:

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade Principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2003		2002	
				Directo	Efectivo	Directo	Efectivo
Empresa-mãe: Sonaecom, S.G.P.S., S.A. ("Sonaecom")	Maia	Gestão de participações sociais.	-	-	-	-	-
Subsidiárias: Clixgest – Internet e Conteúdos, S.A. ("Clixgest" – usando a marca "Clix")	Maia	Desenvolvimento de todas as actividades relacionadas com as tecnologias de informação e multimédia, nomeadamente internet, conteúdos e comércio electrónico.	Sonae Matrix Sonaecom	56,67% -	56,67% -	56,67% 56,67%	56,67% 56,67%
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A. ("Digitmarket" – usando a marca "Bizdirect")	Maia	Desenvolvimento de plataformas de gestão e comercialização de produtos, serviços e informação, tendo como principal suporte a internet.	Sonae.com Sistemas de Informação	75,1%	75,1%	45%	45%
Douro – Centro de Produções Artísticas, Lda. ("Douro")	Matosinhos	Concepção e produção de filmes, cinema, vídeo, comerciais, documentários, trilhas sonoras, para rádio e TV, assessoria, comercialização e promoção de vendas de eventos e espectáculos artísticos e culturais.	Sonae Matrix	100%	100%	100%	100%
Enabler – Informática, S.A. ("Enabler")	Maia	Prestação de serviços no âmbito do desenvolvimento, comercialização e implementação de soluções de informação.	Retailbox Sonaecom	100% -	66% -	100% 100%	100% 100%
Enabler Brasil, Ltda. ("Enabler Brasil")	Curitiba-Paraná	Exploração comercial de software, desenvolvido pela empresa ou por terceiros; prestação de serviços técnicos de consultoria relacionada com software; participação em outras sociedades.	Enabler	99%	65,34%	100%	100%
Enabler UK, Limited ("Enabler UK")	Reino Unido	Prestação de serviços no âmbito do desenvolvimento, comercialização e implementação de soluções de informação.	Enabler	65%	42,9%	67,5%	67,5%
Fun Online – Actividades Lúdicas, S.A. ("Fun Online" – usando a marca "Level")	Maia	Desenvolvimento, organização e realização de jogos, eventos e outras actividades lúdicas on-line.	Sonae Matrix	100%	100%	100%	100%

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade Principal	Percentagem do capital detido				
			Detentor de capital	2003		2002	
				Directo	Efectivo	Directo	Efectivo
Harpa Beheer BV ("Harpa")	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Público	100%	99,99%	100%	99,99%
Investimento Directo – Sociedade Financeira de Corretagem, S.A. ("Investimento Directo" – usando a marca "Atrium")	Lisboa	Intermediação na compra e venda de bens mobiliários.	Sonae.com Sistemas de Informação	55%	55%	-	-
			Sonaecom	-	-	55%	55%
Miauger – Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A. ("Miauger")	Maia	Organização e gestão de leilões electrónicos "online" de produtos e serviços.	Sonae Matrix	100%	100%	70%	70%
Move On, S.G.P.S., S.A. ("Move On")	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito do negócio de corporate venturing.	Sonae.com Sistemas de Informação	100%	100%	100%	100%
M3G – Edições Digitais, S.A. ("M3G")	Lisboa	Edições digitais, edição electrónica e produção de conteúdos na internet.	Público.pt	100%	99,99%	100%	99,99%
Novis Telecom, S.A. ("Novis")	Maia	Instalação, manutenção e exploração de equipamentos de processamento de informação e de telecomunicações, gestão de redes e fornecimento de informação e de serviços de valor acrescentado.	Sonaecom	15%	15%	50%	50%
			Sonae.com Sistemas de Informação	41,67%	41,67%	6,67%	6,67%
Optimus – Telecomunicações, S.A. ("Optimus")	Maia	Prestação de serviços de telecomunicações móveis e estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações.	Sonae Telecom	46,29%	46,29%	45,89%	45,89%
Per-Mar – Sociedade de Construções, S.A. ("Per-Mar")	Loures	Compra e venda, arrendamento e exploração de bens imóveis e estabelecimentos comerciais.	Optimus	100%	46,29%	100%	45,89%
Público – Comunicação Social, S.A. ("Público")	Porto	Redacção, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas.	Sonaetelecom BV	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Público.pt – Serviços Digitais Multimédia, S.A. ("Público.pt")	Maia	Divulgação de produtos e serviços em formato electrónico, divulgação de informação multimédia e promoção de negócios em ambiente digital.	Público	100%	99,99%	100%	99,99%
Retailbox BV ("Retailbox")	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaetelecom BV	66%	66%	100%	100%

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade Principal	Percentagem do capital detido				
			Detentor de capital	2003		2002	
				Directo	Efectivo	Directo	Efectivo
Santo Bosque – Espaço de Entretenimento, Lda. ("Santo Bosque")	Matosinhos	Organização, promoção e produção de espectáculos, eventos e actualidades culturais, recreativas e de entretenimento; locação temporária de espaços, equipamento e prestações de serviços; a gestão de meios publicitários e promocionais; edição de publicações; gestão e exploração de estabelecimentos de restauração e a prestação de serviços ou venda de produtos conexos com as actividades atrás indicadas.	Sonae Matrix	92,9%	92,9%	92,9%	92,9%
			Douro	7,1%	7,1%	7,1%	7,1%
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. ("S.I.R.S." – usando a marca "Rádio Nova")	Porto	Actividade de radiodifusão sonora.	Público	90%	89,99%	90%	89,99%
Sonae Matrix Multimédia, S.G.P.S., S.A. ("Sonae Matrix")	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito dos negócios multimédia.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. ("Sonae Telecom")	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito das telecomunicações móveis.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonae.com - Sistemas de Informação, S.G.P.S., S.A. ("Sonae.com Sistemas de Informação") Ex.-Sonae.com Ventures, S.G.P.S., SA ("Sonae.com Ventures")	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito do negócio de corporate venturing e joint-ventures.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonaetelecom BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
We Do Consulting – Sistemas de Informação, S.A. ("We Do")	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonaetelecom BV	100%	100%	100%	100%
Wedo do Brasil Soluções Informáticas, Ltda. ("We Do Brasil")	Rio de Janeiro	Comercialização de software e hardware; prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e processamento de dados.	We Do	99,89%	99,89%	99,89%	99,89%
XS – Comunicação, Informação e Lazer, S.A. ("XS" – usando a marca "Xis")	Maia	Redacção, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas, concretizada através da revista Xis.	Público	100%	99,99%	100%	99,99%

Todas estas empresas foram incluídas na consolidação, pelo método de consolidação integral, conforme estabelecido pelo IAS 27 (maioria dos direitos de voto, sendo titular de capital da empresa). Atendendo aos estatutos da Optimus, a Sonaecom, apesar de deter apenas 46,29% da referida empresa, detém 52,34% dos direitos de voto. Devido ao controlo que exerce sobre as políticas operacionais e financeiras, a Sonaecom, apesar de deter apenas 42,9% da Enabler UK,

detém o controlo sobre as decisões da empresa, pelo que a incluiu na consolidação pelo método integral.

2. Investimentos em empresas associadas

Em 30 de Junho de 2003 e 2002, esta rubrica incluía investimentos em empresas associadas e em empresas excluídas da consolidação, cujas sedes sociais, actividades principais, detentor do capital, proporção do capital detido e valor de balanço em 30 de Junho de 2003 e 2002, são as seguintes:

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade Principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido		Valor de balanço	
				2003		2002	
				Directo	Efectivo	Directo	Efectivo
Empresas associadas:							
Exit Travel – Agência de Viagens e Turismo Online, S.A. (“Exit”)	Maia	Prestação de serviços de agência de viagens, turismo e lazer, através da internet.	Portais Verticais	75%	37,5%	75%	37,5%
Myplace – Conteúdos Imobiliários na Internet, S.A. (“Myplace” – usando a marca “Casaglobal”)	Maia	Criação e desenvolvimento de um portal na internet que agregue centralmente informação relativa à compra e venda de imóveis, bem como a criação de conteúdos relacionados.	Portais Verticais	100%	50%	66,67%	33,33%
Net Mall, S.G.P.S., S.A. (“Net Mall”)	Maia	Gestão de participações sociais.	Sonae.Com Sistemas de Informação	50%	50%	-	-
			Move On	-	-	50%	50%
Portais Verticais.com, S.G.P.S., S.A. (“Portais Verticais”)	Lisboa	Gestão de participações sociais, no âmbito do negócio dos portais verticais.	Sonae Matrix	50%	50%	50%	50%
Produções Digitais Online, S.A. (“Prodígio”)	Matosinhos	Prestação de serviços e comercialização de produtos no domínio da comunicação audiovisual, gráfica e telecomunicações.	Sonaetelecom BV	-	-	49%	49%
						(Dissolvida)	298.341
Unipress – Centro Gráfico, Lda. (“Unipress”)	V.N.Gaia	Comércio e indústria de artes gráficas e edição de publicações.	Público	40%	40%	40%	727.803 682.486
Subtotal a transportar				727.803	980.827		

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade Principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido				Valor de balanço	
				2003		2002		2003	2002
				Directo	Efectivo	Directo	Efectivo		
						Transporte		727.803	980.827
Global S – Centro Comercial, Lda.	Matosinhos	Prestação de serviços de tecnologias de informação, para a promoção e gestão de centros comerciais multimédia. Exploração de centro comercial (Global Shop).	Global S	99,7%	25%	99,7%	25%	(b)	(b)
Global S – Consultadoria Empresarial, Lda.	Matosinhos	Produção, desenvolvimento, prestação de serviços e consultadoria nas áreas de criação de empresas de venda a retalho.	Global S	-	-	100%	25,1%	(b) (Dissolvida)	(b)
Global S – Distribuição e Logística, Lda.	Matosinhos	Distribuição de produtos, logística e gestão de armazéns e frota; prestação de serviços e consultadoria na área da distribuição e logística.	Global S	-	-	100%	25,1%	(b) (Dissolvida)	(b)
Global S – Marketing e Serviços, Lda.	Matosinhos	Consultadoria e prestação de serviços em marketing e publicidade.	Global S	-	-	75%	19%	(b) (Dissolvida)	(b)
Global S, S.G.P.S., S.A. (“Global S” – usando a marca “Global Shop”)	Matosinhos	Gestão de participações sociais.	Net Mall	50,1%	25,1%	50,1%	25,1%	(b)	(b)
Global S – Tecnologias de Informação, Lda.	Matosinhos	Desenvolvimento, produção, comercialização, formação e prestação de serviços no âmbito das tecnologias de informação, comunicação e segurança.	Global S	66,7%	17%	66,7%	17%	(b)	(b)
Web.com, Software e Soluções Internet, S.A. (“Web.com”)	Lisboa	Produção de software e soluções para a internet e a intranet, comercialização de produtos informáticos, produção e publicação de conteúdos online.	Prodígio	-	-	100%	49%	- (Dissolvida)	(c)
Subtotal a transportar								727.803	980.827

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade Principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido				Valor de balanço	
				2003		2002		2003	2002
				Directo	Efectivo	Directo	Efectivo		
			Transporte					727.803	980.827
Empresas associadas registadas pelo custo de aquisição:									
Enabler & Retail Consult, Gmbh	Alemanha	Prestação de serviços no âmbito do desenvolvimento, comercialização e implementação de soluções de informação.	Enabler	50%	33%	-	-	12.500	-
Situs – Exploração de Torres de Telecomunicações e Sites, S.A. (“Situs”)	Maia	Implantação, instalação e exploração de torres e outros sites para colocação de equipamentos de telecomunicações.	Optimus	50%	23,15%	50%	22,95%	25.000	25.000
Empresas do grupo excluídas da consolidação:									
Contacto Útil – Serviços de Gestão de Atendimento a Clientes, S.A. (“Contacto Útil”)	Maia	Criação e gestão de centros de atendimento a clientes e call centers, incluindo a detenção do respectivo equipamento e restante infraestrutura associada.	Optimus	100%	46,29%	100%	45,89%	50.000	50.000
Sonae Telecom, S.A.	Madrid	Inactiva	Sonaecom	-	-	100%	100%	-	60.275
								815.303	1.116.102

(a) Em 30 de Junho de 2003 e 2002, a Exit e a Myplace foram consolidadas pelo método integral na Portais Verticais, pelo que o valor de balanço destas empresas associadas encontra-se reflectido no valor de balanço daquela empresa, o qual era nulo naquelas datas.

(b) Em 30 de Junho de 2002, o valor de balanço das Empresas do Sub-Grupo Global S encontra-se reflectido no valor do balanço da Net Mall (Empresa detentora dessa participação), o qual era nulo naquelas datas.

(c) Em 30 de Junho de 2002, o valor de balanço da Web.com encontra-se reflectido no valor de balanço da Prodígio (Empresa detentora dessa participação e dissolvida em 2003).

As empresas associadas foram incluídas na consolidação, pelo método de equivalência patrimonial, conforme indicado na Nota introdutória.

Algumas empresas do grupo e associadas foram excluídas da consolidação, dado serem imateriais quer individualmente quer no seu conjunto para as demonstrações financeiras consolidadas, encontrando-se registadas nas demonstrações financeiras anexas pelo método do custo de aquisição ou pelo seu valor estimado de realização, dos dois o mais baixo.

3. Alterações ocorridas no grupo

Durante o período findo em 30 de Junho de 2003, verificaram-se as seguintes alterações no Grupo:

3. a) Aquisições

Compradora	Participada	Data	% adquirida	% Participação
Portais Verticais	Myplace	Jun-03	33,33%	100%

3. b) Constituições

Participante	Participada	Data	Valor capital	% Participação
Sonae Matrix	Altitude, SGPS, SA (ex. Value Online)	Fev-03	50.000	100%

3. c) Operações internas

Compradora	Vendedora	Participada	Data	% Aquisição	% Participação
Sonaetelecom BV	Sonae Matrix	Altitude, SGPS, SA (ex. Value Online)	Abr-03	100%	100%

Esta operação não gerou qualquer resultado ao nível das contas consolidadas.

3. d) Aumentos de capital

Participante	Participada	Data	Valor	% Participação
Sonaetelecom BV	Altitude, SGPS, SA (ex. Value Online)	Abr-03	950.000	11,5%
Restantes Accionistas	Altitude, SGPS, SA (ex. Value Online)	Abr-03	19.167.500	88,5%

3. e) Prestações suplementares

Participante	Participada	Data	Valor	% Participação
Portais Verticais	Exit	Jun-03	2.433.893	75%

3. f) Dissolução de sociedades

Participante	Participada	Data	% Participação
Sonaecom	Sonae Telecom SA	Jun-03	100%
Sonactelecom BV	Prodígio	Jun-03	49%
Prodígio	Web.Com	Mai-03	100%
Global S, SGPS, SA	Global S, Distribuição e Logística	Mai-03	100%
Global S, SGPS, SA	Global S, Marketing e Serviços	Mai-03	75%
Global S, SGPS, SA	Global S, Consultadoria Empresarial	Mai-03	100%

3. g) Reduções de capital

Participante	Participada	Data	Valor	% Participação
Sonae Matrix	Douro	Jun-03	150.000	100%

4. Imobilizações corpóreas

No semestre findo a 30 de Junho de 2003 e no exercício findo a 31 de Dezembro de 2002, o movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2003								2002	
	Terrenos	Edifícios e e recursos naturais	Outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Total
										Total
Activo bruto:										
Saldo inicial	774.389	152.308.552	547.328.601	160.601	189.987.503	1.192.002	1.586.161	27.093.812	920.431.621	797.213.315
Ajustamentos efectuados na conversão para IAS	(294.296)	(817.988)	1.314.984	15	(116.376.161)	8.979	2.837	(5.120.697)	(121.282.327)	(88.757.441)
Saldo inicial reexpresso	480.093	151.490.564	548.643.585	160.616	73.611.342	1.200.981	1.588.998	21.973.115	799.149.294	708.455.874
Novas empresas no consolidado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.627.975
Adições	-	78.357	2.164.053	59.301	1.222.596	-	303.585	21.625.226	25.453.118	106.000.491
Alienações	-	(836.844)	(396.934)	(73.433)	(5.016.948)	-	-	(293.740)	(6.617.899)	(8.079.008)
Transferências e abates	-	1.781.856	14.080.196	2.535	10.391.531	(8.651)	(62.617)	(23.738.565)	2.446.285	(9.856.038)
Saldo final	480.093	152.513.933	564.490.900	149.019	80.208.521	1.192.330	1.829.966	19.566.036	820.430.798	799.149.294

	2003								2002	
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Imobilizações corpóreas	Outras	Total	Total
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:										
Saldo inicial	-	44.382.762	191.241.001	124.137	103.828.683	961.641	634.550	-	341.172.774	220.555.333
Ajustamentos efectuados na conversão para IAS	-	(49.288)	2.853.960	7	(72.282.973)	3.354	1.006	-	(69.473.934)	(40.093.808)
Saldo inicial reexpresso	-	44.333.474	194.094.961	124.144	31.545.710	964.995	635.556	-	271.698.840	180.461.526
Novas empresas no consolidado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	771.065
Amortizações do exercício	-	7.383.471	31.805.088	11.120	9.363.414	59.969	196.718	-	48.819.780	95.663.819
Perdas de imparidade do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.530.000
Alienações Transferências e abates	-	(119.087)	(152.032)	(16.561)	(2.440.161)	-	-	-	(2.727.841)	(2.540.965)
Saldo final	-	50.644.128	224.630.392	118.703	35.086.495	1.024.964	772.476	-	312.277.158	271.698.840
Valor líquido	480.093	101.869.805	339.860.508	30.316	45.122.026	167.366	1.057.490	19.566.036	508.153.640	527.450.454

Os ajustamentos efectuados na conversão para IAS dizem respeito essencialmente à anulação da reavaliação extraordinária efectuada na filial Per-Mar, à reclassificação de software de immobilizado corpóreo para incorpóreo e aos efeitos resultantes da inclusão de empresas excluídas na preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

No exercício findo em 2002, o Grupo procedeu ao registo de perdas de imparidade relativamente a equipamento básico de algumas das suas participadas que desenvolvem a sua actividade na internet, no montante de 2.530.000 Euros. Em 2003, uma parte deste valor, no montante de 1.660.381 Euros foi reclassificado, por se ter procedido à alienação de parte dos activos em imparidade.

O custo de aquisição das imobilizações corpóreas detidas pelo Grupo no âmbito de contratos de locação financeira, em 30 de Junho de 2003 e 31 de Dezembro de 2002, ascendiam a 8.632.609 Euros e 7.275.479 Euros, respectivamente, ascendendo o seu valor líquido contabilístico, nessas datas, a 7.197.696 Euros e 6.769.311 Euros, respectivamente.

As imobilizações corpóreas incluem juros suportados e outros encargos financeiros incorridos, directamente relacionados com a construção de determinadas imobilizações em curso. Em 30 de Junho de 2003 e 31 de Dezembro de 2002, o total destes custos ascende a 11.248.445 Euros e 11.145.815 Euros, respectivamente. Para este efeito, foi utilizada uma taxa de capitalização de 1,3% em 2003 (3,2% em 2002) e que corresponde à taxa média ponderada de remuneração do capital.

O immobilizado corpóreo em curso apresentava, em 30 de Junho de 2003 e 2002, a seguinte composição:

	2003	2002
Desenvolvimento da rede móvel	18.231.163	25.127.086
Desenvolvimento da rede fixa	1.201.519	6.193.328
Obras em edifícios	133.354	95.415
Outros projectos em curso	-	479.769
	19.566.036	31.895.598

Em 30 de Junho de 2003 e 2002, o valor dos compromissos assumidos perante terceiros respeitantes a investimentos a efectuar era como segue:

	2003	2002
Investimentos da área técnica	48.740.174	58.072.305
Investimentos em sistemas de informação	<u>8.226.262</u>	<u>7.226.585</u>
	56.966.436	65.298.890

Para além destes compromissos, existe um acordo entre a filial Optimus e a Oniway relativo à transferência de propriedade de diversos activos, cujo valor ascende a aproximadamente 39 milhões de Euros e cujo pagamento irá ocorrer em anos futuros (2005 e 2007).

5. Imobilizações incorpóreas

No semestre findo em 30 de Junho de 2003 e no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2003						2002	
	Goodwill	Despesas de instalação e de investigação e desenvolvimento		Propriedade industrial	Software	Outros	Imobilizado em curso	Total
		Despesas de instalação e de investigação e desenvolvimento	Propriedade industrial					
Activo Bruto:								
Saldo inicial	-	86.689.725	4.233.296	-	-	-	121.903.411	212.826.432
Ajustamentos efectuados na conversão para IAS	62.458.466	<u>(86.689.725)</u>	<u>(10.625)</u>	116.614.418	578.903	4.900.051	97.851.488	<u>51.282.039</u>
Saldo inicial reexpresso	62.458.466	-	4.222.671	116.614.418	578.903	126.803.462	310.677.920	280.292.571
Novas empresas no consolidado	-	-	-	-	-	-	-	19.334
Adições	-	-	21.446	975.535	1.050	15.365.524	16.363.555	44.029.492
Transferências e alienações	-	-	16.008	12.793.560	-	(13.860.562)	(1.050.994)	-
Abates	(560.722)	-	(99)	-	-	-	(560.821)	(13.663.477)
Saldo final	61.897.744	-	4.260.026	130.383.513	579.953	128.308.424	325.429.660	310.677.920

	2003						2002
	Goodwill	Despesas de instalação e de investigação e desenvolvimento	Propriedade industrial	Software	Outros	Imobilizado em curso	Total
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:							
Saldo inicial	-	59.154.853	3.437.985	-	-	-	62.592.838
Ajustamentos efectuados na conversão para IAS	27.126.225	(59.154.853)	(10.625)	72.427.415	376.627	-	40.764.789
Saldo inicial reexpresso Novas empresas no consolidado	27.126.225	-	3.427.360	72.427.415	376.627	-	103.357.627
Amortização do exercício Perdas de imparidade do exercício	2.396.034	-	260.132	13.617.136	71.761	-	16.345.063
Alienações, transferências e abates	434.530	-	-	-	-	-	434.530
Saldo final	1.544.353	-	(53)	1.632.185	-	-	3.176.485
Valor líquido	31.501.142	-	3.687.439	87.676.736	448.388	-	123.313.705
	30.396.602	-	572.587	42.706.777	131.565	128.308.424	202.115.955
							207.320.293

Os ajustamentos efectuados na conversão para IAS dizem respeito essencialmente ao desreconhecimento de imobilizações incorpóreas relativas a despesas de instalação e de investigação e desenvolvimento associadas ao arranque da actividade das várias participadas, à reposição do goodwill no activo, à reclassificação de software de imobilizado corpóreo para incorpóreo e à inclusão de empresas excluídas na preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Em 30 de Junho de 2003 e 2002, o Grupo tinha registado na rubrica “Imobilizações incorpóreas” 121.550.207 Euros e 121.087.843, respectivamente, correspondentes ao investimento realizado no desenvolvimento da rede UMTS.

O imobilizado incorpóreo em curso apresentava, em 30 de Junho de 2003 e 2002, a seguinte composição:

	2003	2002
Incorpóreo :		
Licença UMTS (1)	99.759.579	99.759.579
Estudos de desenvolvimento das redes UMTS (1) e GPRS (2), incluindo encargos financeiros capitalizados (Nota Introdutória m))	21.851.484	22.313.416
Desenvolvimento de software em curso	6.697.361	5.074.000
	128.308.424	127.146.995

(1) Universal Mobile Telecommunications Service
(2) General Packet Radio System

Durante o ano de 2002, a ANACOM (Autoridade Nacional de Comunicações) tomou a decisão de adiar por um ano o início da prestação de serviços de telecomunicações móveis utilizando a tecnologia UMTS. O Conselho de Administração da Sonaecom mantém a confiança na viabilidade económica e financeira dos investimentos efectuados e a efectuar, tendo por base o esperado sucesso comercial dos serviços baseados na tecnologia UMTS.

	2003	2002
Amortizações e depreciações – Demonstração de resultados	65.164.843	129.313.578
Correcção ao ajustamento de harmonização de taxas de amortização da filial Público, excluindo efeito fiscal, registada em reservas	-	(541.777)
Reconhecimento das amortizações acumuladas da filial Digitmarket na data de entrada no perímetro de consolidação pelo método integral	-	1.406.203
	<u>65.164.843</u>	<u>130.178.004</u>
Depreciações do exercício – Imobilizado corpóreo	48.819.780	95.663.819
Amortizações do exercício – Imobilizado incorpóreo	16.345.063	34.514.185
	<u>65.164.843</u>	<u>130.178.004</u>

Em 30 de Junho de 2003 e 2002, o “goodwill” era detalhado como segue:

		2003			2002	
	Data de aquisição	Montante	Taxa de amortização	Amortização, alienação e perdas de imparidade do exercício	Amortização e perdas de imparidade acumuladas	Valor contabilístico
Sonaecom / SRD	Jan-98	11.996	10%	600	8.436	3.560
Novis / IPG	Maio-99	6.040.703	10%	302.035	2.516.959	3.523.744
Optimus / Per-Mar	Dez-99	78.755	10%	3.938	27.565	51.190
Sonae BV / Público	Abr-00	45.977.115	10%	1.600.002	24.377.115	21.600.000
Harpa / Público.pt	Abr-00	450.015	10%	22.501	450.015	-
Público / SIRS	Abr-00	233.017	10%	11.651	75.731	157.286
Público / Harpa	Abr-00	698	10%	35	229	469
Sonaecom / Enabler	Jun-00	1.456.456	10%	72.823	436.937	1.019.519
Novis / IPG	Jun-00	1.127.837	10%	56.392	347.751	780.086
Sonaetelecom BV / Prodigio	Jun-00	-	-	-	-	282.792
Sonaecom / Inv.Directo	Dez-00	2.095.020	10%	104.751	488.380	1.606.640
Miauger / Lotes	Dez-00	1.234.943	10%	61.747	1.234.943	-
WeDo / Sidra	Jan-01	1.318.726	10%	65.936	329.682	989.044
Novis / IPG (a)	Maio-01	399.038	10%	19.952	86.458	312.580
Matrix / Douro	Maio-01	319.748	10%	266.456	319.748	-
Matrix / Santo Bosque	Maio-01	224.765	10%	187.304	224.765	-
Douro / Santo Bosque	Maio-01	10.206	10%	8.505	10.206	-
Público / M3G	Jul-01	269.936	10%	13.497	269.936	-
Sonaetelecom BV / Prodígio	Nov-01	-	-	-	-	189.940
Novis / IPG (a)	Maio-02	399.038	10%	19.952	46.554	352.484
Matrix / Miauger	Jul-02	249.732	10%	12.487	249.732	-
		61.897.744		2.830.564	31.501.142	30.396.602
						38.106.811

SRD – Sonae Rede de Dados (actualmente Novis)

IPG – IP Global (empresa fundida na Novis)

(a) – Em 2001 e 2002 a Novis efectuou pagamentos adicionais, no âmbito do contrato de aquisição da IP Global, no montante de 399.038 Euros em cada um daqueles exercícios.

A coluna “Montante” refere-se ao “goodwill” inicial gerado na aquisição de participações financeiras, não incluindo qualquer perda de imparidade.

No semestre findo em 30 de Junho de 2003, o Grupo registou perdas de imparidade no montante de 434.530 Euros (Nota 27) relativamente ao Goodwill de algumas participadas.

6. Investimentos disponíveis para venda

Em 30 de Junho de 2003 e 2002, esta rubrica incluía investimentos financeiros classificados como disponíveis para venda e tinha a seguinte composição:

	2003			2002		
	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas (Nota 23)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas	Valor líquido
Altitude Software BV	10.000.000	(10.000.000)	-	10.000.000	(2.500.000)	7.500.000
Despegar.com	2.539.229	(1.469.890)	1.069.339	2.539.229	-	2.539.229
Altitude, SGPS, SA	1.000.000	-	1.000.000	-	-	-
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A.	197.344	-	197.344	197.344	-	197.344
SESI – Sociedade de Ensino Superior e Investigação, S.A.	146.248	(146.248)	-	146.248	-	146.248
NP – Notícias Portugal, Cooperativa de Utentes de Serviços de Informação, C.R.L.	7.482	-	7.482	7.482	-	7.482
Outros	15.335	-	15.335	-	-	-
	13.905.638	(11.616.138)	2.289.500	12.890.303	(2.500.000)	10.390.303

No semestre findo em 30 de Junho de 2003, o Grupo registou perdas de imparidade líquidas no montante de 1.350.874 Euros (Notas 23 e 28), relativamente a Investimentos disponíveis para venda.

7. Impostos diferidos activos

Os impostos diferidos activos em 30 de Junho de 2003 e 2002, no montante de 91.571.549 Euros e 98.087.489 Euros, respectivamente, decorrem de diferenças temporárias relativas a prejuízos fiscais reportáveis e provisões não aceites fiscalmente.

O movimento ocorrido nos impostos diferidos activos nos semestres findos em 30 de Junho de 2003 e 2002 foi como segue:

	2003	2002
Saldo inicial	62.062.439	44.128.272
Efeito de adopção dos IAS	<u>32.486.786</u>	<u>58.607.920</u>
Saldo inicial reexpresso	<u>94.549.225</u>	<u>102.736.192</u>
Efeito em resultados:		
Prejuízos fiscais reportáveis e diferenças temporárias na Optimus	(3.215.363)	(7.147.909)
Prejuízos fiscais reportáveis e diferenças temporárias na Clixgest	97.679	1.114.006
Correcção à estimativa da matéria colectável da Optimus	(41.284)	1.139.773
Prejuízos fiscais reportáveis e diferenças temporárias na WeDo	244.914	(4.000)
Prejuízos fiscais reportáveis e diferenças temporárias no Público	145.240	499.094
Correcção à estimativa da matéria colectável da Clixgest	(177.812)	-
Outros	<u>(18.824)</u>	<u>131.319</u>
Sub-total (Nota 29)	<u>(2.965.450)</u>	<u>(4.267.717)</u>
Efeito em reservas:		
Ajustamento de harmonização das taxas de amortização do Público com as taxas adoptadas ao nível do Grupo	-	(120.076)
Outros	<u>(12.226)</u>	<u>(260.910)</u>
Saldo final	<u>91.571.549</u>	<u>98.087.489</u>

A 30 de Junho de 2003 e 2002 foi efectuada uma avaliação dos impostos diferidos a reconhecer em resultado dos ajustamentos de conversão para IAS, de que decorrem essencialmente impostos diferidos activos, tendo os mesmos sido registados apenas na extensão em que era provável que lucros tributáveis futuros estariam utilizáveis e contra os quais possam ser utilizadas as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócio das empresas do grupo, periodicamente revistos e actualizados, e nas oportunidades de planeamento fiscal disponíveis e identificadas. Desta forma, a filial Clix apenas registou impostos diferidos activos decorrentes dos prejuízos fiscais no primeiro trimestre de 2003, tendo sido suspenso o registo de impostos diferidos activos a partir dessa data.

Em 30 de Junho de 2003 e 2002, a taxa de imposto utilizada para apuramento dos impostos diferidos activos foi de 33%

De acordo com as declarações fiscais e outra informação preparada pelas empresas que registam impostos diferidos activos, os prejuízos fiscais reportáveis em 30 de Junho de 2003 eram como segue:

	Optimus	We Do	Clix	Público	Total	Data limite de utilização
Gerados em 1997	5.667	-	-	-	5.667	2003
Gerados em 1998	24.693.364	-	-	-	24.693.364	2004
Gerados em 1999	39.307.555	-	-	-	39.307.555	2005
Gerados em 2000	4.906.216	-	-	-	4.906.216	2006
Gerados em 2001	27.155.919	1.800.391	12.403.403	1.932.328	43.292.041	2007
Gerados em 2002	37.153.620	3.405.534	6.736.857	2.635.200	49.931.211	2008
Gerados em 2003	14.643.615	(235.565)	3.148.383	653.800	18.210.233	2009
	<u>147.865.956</u>	<u>4.970.360</u>	<u>22.288.643</u>	<u>5.221.328</u>	<u>180.346.287</u>	

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da Empresa e das empresas participadas durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 31 de Dezembro de 2000 e cinco anos após essa data). Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 1999, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

8. Outros activos não correntes

Em 30 de Junho de 2003 e 2002 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2003			2002		
	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas (Nota 23)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas	Valor líquido
Empréstimos concedidos a empresas consolidadas pelo método da equivalência patrimonial:						
Portais Verticais	5.379.285	(1.121.000)	4.258.285	4.540.142	(1.121.000)	3.419.142
Digitmarket	-	-	-	1.582.436	-	1.582.436
Net Mall, SGPS	-	-	-	826.140	-	826.140
	<u>5.379.285</u>	<u>(1.121.000)</u>	<u>4.258.285</u>	<u>6.948.718</u>	<u>(1.121.000)</u>	<u>5.827.718</u>
Outros empréstimos concedidos:						
Altitude Software, BV	46.239	(46.239)	-	116.680	-	116.680
S.E.S.I.	24.316	(24.316)	-	24.316	-	24.316
	<u>70.555</u>	<u>(70.555)</u>	<u>-</u>	<u>140.996</u>	<u>-</u>	<u>140.996</u>
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros						
	<u>1.500.000</u>	<u>-</u>	<u>1.500.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>1.500.000</u>	<u>-</u>	<u>1.500.000</u>			
Outros:						
Encargos a reconhecer com financiamentos bancários obtidos	3.626.826	-	3.626.826	2.584.056	-	2.584.056
Outros activos não correntes	539.658	-	539.658	707.226	-	707.226
	<u>4.166.484</u>	<u>-</u>	<u>4.166.484</u>	<u>3.291.282</u>	<u>-</u>	<u>3.291.282</u>
	<u>11.116.324</u>	<u>(1.191.555)</u>	<u>9.924.769</u>	<u>10.380.996</u>	<u>(1.121.000)</u>	<u>9.259.996</u>

Os “Encargos a reconhecer com financiamentos bancários obtidos” dizem respeito a garantias e a encargos incorridos com a obtenção de financiamentos bancários (Nota 17), os quais são reconhecidos linearmente durante o período de vigência daqueles financiamentos.

9. Existências

Em 30 de Junho de 2003 e 2002 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2003	2002
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.059.415	1.059.378
Mercadorias	16.194.653	30.845.688
Adiantamentos por conta de compras	-	13.221
	<u>17.254.068</u>	<u>31.918.287</u>
Perdas de imparidade acumuladas em existências (Nota 23)	<u>(7.572.457)</u>	<u>(9.183.240)</u>
	<u>9.681.611</u>	<u>22.735.047</u>

O custo das existências vendidas nos semestres findos a 30 de Junho de 2003 e 2002 ascendeu a 41.128.499 Euros e 40.452.722 Euros, respectivamente, e foi apurado como segue:

	2003	2002
Existências iniciais	24.601.920	34.032.095
Compras	39.164.249	42.702.778
Regularizações de existências	(5.383.602)	(4.363.864)
Existências finais	<u>(17.254.068)</u>	<u>(31.918.287)</u>
	<u>41.128.499</u>	<u>40.452.722</u>

Os montantes inscritos nas rubricas de “Regularização de existências”, em 30 de Junho de 2003 e 2002, referem-se, essencialmente, a transferências de terminais de telecomunicações da rubrica de “Existências” para a rubrica de “Imobilizado”, ao abrigo de contratos de comodato celebrados com clientes pela filial Optimus.

10. Clientes

Em 30 de Junho de 2003 e 2002 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2003	2002
Clientes correntes:		
Rede móvel	122.849.180	123.924.554
Rede fixa	22.596.315	24.935.901
Multimédia e internet	7.233.822	9.173.081
Sistemas de informação	6.187.318	6.191.182
Outros	-	10.913.674
	<u>158.866.635</u>	<u>175.138.392</u>
Clientes, conta letras	30.799	211.969
Clientes de cobrança duvidosa	<u>61.821.509</u>	<u>55.390.787</u>
	<u>220.718.943</u>	<u>230.741.148</u>
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 23)	<u>(61.821.509)</u>	<u>(55.376.729)</u>
	<u>158.897.434</u>	<u>175.364.419</u>

11. Outras dívidas de terceiros

Em 30 de Junho de 2003 e 2002 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2003	2002
Outros devedores	7.231.392	4.499.924
Estado e outros entes públicos	2.101.569	5.039.446
Adiantamentos a fornecedores	409.093	737.237
Empresas do grupo	-	35.521
	<u>9.742.054</u>	<u>10.312.128</u>

Em 30 de Junho de 2003 e 2002, a rubrica “Outros devedores” refere-se essencialmente a valores a receber pelas filiais Optimus, no montante de 3.506.809 Euros e 1.673.117 Euros, respectivamente, e Novis no montante de 1.201.031 Euros e 1.109.278 Euros, respectivamente.

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível antes de mais às suas contas a receber da sua actividade operacional. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas. O Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber se aproximam do seu justo valor.

12. Outros activos correntes

Em 30 de Junho de 2003 e 2002, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2003	2002
Facturação a emitir a clientes por prestação de serviços	23.247.965	22.192.546
Facturação a emitir a operadores nacionais	13.940.946	51.512.851
Rendas pagas antecipadamente	5.755.834	5.406.808
Obras e comparticipações efectuadas em lojas de agentes	4.299.585	154.967
Facturação a emitir a operadores internacionais	2.088.548	2.309.029
Trabalhos especializados	1.224.593	1.010.345
Encargos com financiamentos	567.403	371.128
Contratos de manutenção	313.998	1.042.805
Operações sobre valores mobiliários por regularizar - Investimento Directo	196.181	1.581.793
Descontos de quantidade a receber	108.196	215.039
Outros custos plurianuais	5.861.732	4.561.052
Outros acréscimos de proveitos	3.197.264	1.447.156
	<hr/>	<hr/>
	60.802.245	91.805.519

13. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de Junho de 2003 e 2002, o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	2003	2002
Numerário	141.129	175.266
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	11.387.442	10.384.458
Aplicações de tesouraria	82.591.875	25.167.783
Caixa e equivalentes de caixa	94.120.446	35.727.507
Descobertos bancários (Nota 19)	(5.534.156)	(6.020.862)
	<hr/>	<hr/>
	88.586.290	29.706.645

A rubrica de “Aplicações de tesouraria”, no valor 82.591.875 Euros em 30 de Junho de 2003 inclui, essencialmente, operações financeiras de cedências de fundos de curto prazo pela Sonaecom à Sonae, no montante de 81.906.004 Euros, bem como as aplicações bancárias de curto prazo das filiais Enabler (406.011 Euros) e We Do Brasil (279.860 Euros). As operações concedidas à Sonae são reembolsáveis logo que solicitado, vencendo juros a taxas de mercado.

14. Capital social

Em 30 de Junho de 2003 e 2002, o capital da Sonaecom estava representado por 226.250.000 e 181.000.000 acções ordinárias escriturais, ao portador, respectivamente, com o valor unitário de 1 Euro. Nessas datas, a estrutura accionista era a seguinte:

	2003		2002	
	Número de acções	%	Número de acções	%
Sonae Investments BV	148.250.000	65,52%	118.600.000	65,53%
Sonae	39.063.998	17,27%	24.692.135	13,64%
Acções dispersas em Bolsa	38.936.002	17,21%	37.707.865	20,83%
	226.250.000	100,00%	181.000.000	100,00%

15. Movimentos do capital próprio em 30 de Junho de 2003 e 2002 e reconciliação do capital próprio em 30 de Junho de 2003 e 2002 entre o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e os IAS

Os movimentos ocorridos nas rubricas dos capitais próprios consolidados em 30 de Junho de 2003 e 30 de Junho de 2002 foram como segue:

	2003							
	Reservas							
	Capital Social	Reservas legais	Prémios de emissão de acções	Outras reservas	Ajustamentos iniciais para IAS	Total de reservas	Resultado líquido	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2002 POC	226.250.000	114.360	335.819.541	(163.969.954)	-	171.963.947	(74.535.849)	323.678.098
Ajustamentos efectuados na conversão para IAS (efeito acumulado)	-	-	-	54.752.000	(121.380.899)	(66.628.899)	-	(66.628.899)
Saldo reexpresso em 31 de Dezembro de 2002	226.250.000	114.360	335.819.541	(109.217.954)	(121.380.899)	105.335.048	(74.535.849)	257.049.199
Aplicação do resultado consolidado de 2002	-	-	-	(74.535.849)	-	(74.535.849)	74.535.849	-
Resultado consolidado líquido do semestre findo em 30 de Junho de 2003	-	-	-	-	-	-	(11.151.353)	(11.151.353)
Correcções de despesas relativas a aumentos de capital	-	-	-	459.584	-	459.584	-	459.584
Alteração de reservas de conversão cambial e outros	-	-	-	(92.669)	-	(92.669)	-	(92.669)
Saldo em 30 de Junho de 2003	226.250.000	114.360	335.819.541	(183.386.888)	(121.380.899)	31.166.114	(11.151.353)	246.264.761
	2002							
	Reservas							
	Capital Social	Reservas legais	Prémios de emissão de acções	Outras reservas	Ajustamentos iniciais para IAS	Total de reservas	Resultado líquido	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2001 POC	181.000.000	114.360	279.257.041	(82.059.301)	-	197.312.100	(76.392.224)	301.919.876
Ajustamentos iniciais efectuados na conversão para IAS (efeito acumulado)	-	-	-	54.752.000	(136.063.061)	(81.311.061)	-	(81.311.061)
Saldo reexpresso em 31 de Dezembro de 2001	181.000.000	114.360	279.257.041	(27.307.301)	(136.063.061)	116.001.039	(76.392.224)	220.608.815
Aplicação do resultado consolidado de 2001	-	-	-	(76.392.224)	-	(76.392.224)	76.392.224	-
Harmonização de taxas de amortização da filial Público	-	-	-	363.866	-	363.866	-	363.866
Resultado consolidado líquido do semestre findo em 30 de Junho de 2002	-	-	-	-	-	-	(31.312.023)	(31.312.023)
Outros	-	-	-	1.193.602	-	1.193.602	-	1.193.602
Saldo em 30 de Junho de 2002	181.000.000	114.360	279.257.041	(102.142.057)	(136.063.061)	41.166.283	(31.312.023)	190.854.260

O detalhe dos ajustamentos entre o capital próprio em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 e o resultado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 obtidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (POC), e o capital próprio em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 e o resultado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, obtidos de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, é como segue:

	Ajustamentos resultantes da conversão para IAS		
	Outras Reservas	Ajustamentos iniciais para IAS	Total
Ajustamentos efectuados na conversão para IAS dos saldos de abertura de 2002:			
Reversão das reservas de reavaliação livres em 2001	-	(384.674)	(384.674)
Abate de imobilizações incorpóreas em 2001	-	(28.965.056)	(28.965.056)
Abate de imobilizações incorpóreas em 2001 em empresas associadas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial	-	(2.160.851)	(2.160.851)
Registo de impostos diferidos associados à conversão para IAS	-	26.875.275	26.875.275
Consolidação de novas empresas	-	(5.465.645)	(5.465.645)
Provisão para Interesses minoritários negativos	-	(892.741)	(892.741)
Capitalização de juros em imobilizado corpóreo	-	491.489	491.489
Anulação de custos diferidos	-	(109.757.591)	(109.757.591)
Reposição no activo do goodwill abatido directamente em reservas	54.752.000	-	54.752.000
Apuramento do justo valor no goodwill do Público	-	(11.531.119)	(11.531.119)
Registo das amortizações do goodwill no exercício	-	(5.917.000)	(5.917.000)
Apuramento do justo valor no goodwill da IP Global	-	191.245	191.245
Correcção ao Goodwill apurado anterior a Dezembro de 2001	-	1.498.890	1.498.890
Outros	-	(45.283)	(45.283)
Total dos ajustamentos efectuados na conversão para IAS reportados a 1 de Janeiro de 2002	54.752.000	(136.063.061)	(81.311.061)

Ajustamentos resultantes da conversão para IAS				
	Outras Reservas	Ajustamentos iniciais para IAS	Resultado líquido	Total
Total dos ajustamentos efectuados na conversão para IAS reportados a 1 de Janeiro de 2002	54.752.000	(136.063.061)	-	(81.311.061)
Ajustamentos na conversão para IAS em 2001 não aplicáveis em 2002				
Consolidação de novas empresas	-	5.396.906	-	5.396.906
Outros	-	(145.998)	-	(145.998)
Subtotal	-	5.250.908	-	5.250.908
Ajustamentos efectuados na conversão para IAS do resultado consolidado líquido de 2002:				
Anulação dos movimentos, líquidos de amortizações, ocorridos nas imobilizações incorpóreas em 2002	-	-	12.429.056	12.429.056
Anulação dos movimentos, líquidos de amortizações, ocorridos em 2002, nas imobilizações incorpóreas das associadas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial	-	-	502.829	502.829
Registo de impostos diferidos associados à conversão para IAS	-	-	(12.117.609)	(12.117.609)
Consolidação de novas empresas	-	-	(32.306)	(32.306)
Apuramento do justo valor no goodwill da IP Global	-	-	(27.385)	(27.385)
Provisão para interesses minoritários negativos	-	-	203.855	203.855
Reversão das amortizações das reservas de reavaliação em 2000	-	-	8.279	8.279
Registo das amortizações do goodwill no exercício	-	-	(4.650.549)	(4.650.549)
Capitalização de juros em imobilizado corpóreo	-	-	(179)	(179)
Anulação de custos diferidos	-	-	13.013.388	13.013.388
Outros	-	-	101.875	101.875
Subtotal	-	-	9.431.254	9.431.254
Transferência para reserva de ajustamentos iniciais IAS do ajustamento no resultado consolidado líquido de 2002	-	9.431.254	(9.431.254)	-
Total de ajustamentos efectuados na conversão para IAS, reportados a 31 de Dezembro de 2002	54.752.000	(121.380.899)	-	(66.628.899)

O detalhe dos ajustamentos (não auditado) entre o resultado do exercício findo em 30 de Junho de 2002 obtidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (POC), e o resultado do exercício findo em 30 de Junho de 2002, obtidos de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, é como segue:

	Resultado líquido
Resultado líquido consolidado POC do semestre findo a 30 de Junho de 2002	<u>(38.062.289)</u>
Anulação dos movimentos, líquidos de amortizações, ocorridos nas imobilizações incorpóreas em 2002	7.348.463
Anulação dos movimentos, líquidos de amortizações, ocorridos em 2002, nas imobilizações incorpóreas das associadas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial	459.688
Registo de impostos diferidos associados à conversão para IAS	(6.413.345)
Consolidação de novas empresas	1.403.189
Apuramento do justo valor no goodwill da IP Global	(13.601)
Reversão das amortizações das reservas de reavaliação em 2000	2.767
Registo das amortizações do goodwill no semestre	(2.411.000)
Capitalização de juros em imobilizado corpóreo	4.177
Anulação de custos diferidos	5.935.808
Outros	434.120
Subtotal	<u>6.750.266</u>
Resultado líquido consolidado IAS do semestre findo a 30 de Junho de 2002	<u>(31.312.023)</u>

16. Interesses minoritários

Em 30 de Junho de 2003 e 2002, os interesses minoritários tinham a seguinte composição:

	2003	2002
Optimus	134.275.678	82.150.976
Novis	12.485.382	(6.701.263)
Investimento Directo	4.237.921	4.294.631
Clix	4.568.336	6.017.985
Retailbox	540.752	-
Digitmarket	(784.278)	-
Miauger	-	(375.900)
Enabler	1.363.872	-
Outros	1.596.084	78.422
	<u>158.283.747</u>	<u>85.464.851</u>

17. Empréstimos

Em 30 de Junho de 2003 e 2002, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

Empresa	Entidade financiadora	2003			2002		
		Montante utilizado		Médio e longo prazo	Montante utilizado		Médio e longo prazo
		Limite	Curto prazo		Limite	Curto prazo	
Optimus	Banco Europeu de Investimentos	a) 249.398.000	37.409.700	187.048.500	249.398.000	24.939.800	224.458.200
Optimus	Sindicato Bancário	a) 124.700.000	18.705.000	93.525.000	124.700.000	12.470.000	112.230.000
Optimus	Sindicato Bancário	a) 25.902.000	5.000.000	-	25.902.000	25.902.000	-
		<u>400.000.000</u>	<u>61.114.700</u>	<u>280.573.500</u>	<u>400.000.000</u>	<u>63.311.800</u>	<u>336.688.200</u>

a) Em 30 de Julho de 1999, a subsidiária Optimus celebrou um contrato de financiamento de longo prazo (9,5 anos), no valor de 400.000.000 Euros. O sindicato bancário é composto por um conjunto alargado de instituições financeiras internacionais e nacionais e ainda pelo Banco Europeu de Investimentos.

A taxa de juro é indexada à Euribor e função da performance financeira da Empresa, nomeadamente em relação ao rácio de “Debt to CASH EBITDA” (relação entre o montante de endividamento da Empresa e os resultados antes de encargos financeiros, impostos, depreciações e amortizações, e antes do efeito das capitalizações e diferimentos de custos, bem como do reconhecimento no exercício dos custos diferidos anteriormente). Atendendo à evolução positiva daquele rácio, foi possível obter, apartir de Janeiro de 2003, uma redução do spread deste financiamento para 45 basis points.

Os montantes utilizados ao abrigo da linha de financiamento de longo prazo são reembolsados em treze amortizações semestrais crescentes, com início em 15 de Dezembro de 2002. Assim, já foram efectuadas as primeiras duas amortizações de capital (12,5% do montante contratado), a primeira em Dezembro de 2002 e a segunda durante o corrente exercício. Para o segundo semestre de 2003, está prevista uma nova amortização, no montante total de 7,5% do montante contratado.

Em 30 de Junho de 2003, as dívidas a instituições de crédito classificadas a médio e longo prazo tinham o seguinte plano de reembolso previsto:

	Valor
2004	28.057.350
2005	56.114.700
2006	56.114.700
2007	65.467.150
2008 e seguintes	74.819.600
	<u>280.573.500</u>

Em 30 de Junho de 2003, o valor dos empréstimos bancários de longo prazo a serem reembolsados a mais de 5 anos é de 37.409.807 Euros.

O cumprimento das obrigações do empréstimo sindicado de 400.000.000 Euros foi garantido pelos accionistas com uma parte das acções da Optimus. Consequentemente, 51% das acções detidas pela filial Sonae Telecom estavam penhoradas para garantia do financiamento. O valor contabilístico destas acções de acordo com o POC, a 30 de Junho de 2003, ascendia a 85.431.419 Euros (Nota 31).

Na sequência da clarificação, concretizada em Dezembro de 2002, dos requisitos de investimento associados à Licença de UMTS e das condições concorrenenciais no mercado de telecomunicações móveis em Portugal (ambos com efeitos positivos sobre os rácios financeiros da Empresa), foi iniciado em 2003 o processo que conduzirá ao refinanciamento das actuais linhas de crédito da filial Optimus (o empréstimo de médio e longo prazo e o financiamento intercalar da licença de UMTS) e ao financiamento dos novos investimentos UMTS, através de um novo empréstimo sindicado de médio e longo prazo. A 30 de Junho de 2003, a filial Optimus obteve já compromissos formais da parte de um conjunto significativo de bancos, compromissos esses que excedem já o montante que a empresa pretende financiar. Os procedimentos para a contratualização do novo financiamento estão em curso e a filial Optimus mantém a expectativa da sua conclusão no prazo de algumas semanas.

Os empréstimos bancários vencem juros a taxas normais de mercado e encontram-se todos denominados em Euros.

18. Outros credores não correntes

Em 30 de Junho de 2003 esta rubrica é composta por saldos de fornecedores de imobilizado cujo vencimento é superior a um ano e empréstimos de accionistas minoritários a algumas subsidiárias, como se segue:

	2003	2002
Fornecedores de imobilizado	4.286.175	-
Novis (France Telecom)	6.252.267	-
Clix (France telecom)	823.333	-
Digitmarket (AITEC)	1.432.958	-
	12.794.733	-

Em 30 de Junho de 2003, as dívidas a fornecedores de imobilizado classificadas a médio e longo prazo tinham o seguinte plano de reembolso previsto:

	Valor
2004	1.209.652
2005	2.555.964
2006	520.559
	4.286.175

19. Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos

Em 30 de Junho de 2003 e 2002, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Entidade financiadora	Notas	2003	2002
Empréstimos bancários:				
Optimus	BCP	a)	5.000.000	5.000.000
Optimus	Barclays	a)	-	10.000.000
Optimus	CGD	a)	30.000.000	25.000.000
Optimus	Banco BPI	a)	-	25.000.000
Optimus	BES	a)	-	10.000.000
Optimus	BBVA	a)	25.000.000	25.000.000
Optimus	CGD	b)	4.130.000	3.750.000
Optimus	BCP	b)	2.279.000	13.740.000
Novis	CGD	b)	24.930.000	24.190.000
Novis	BCP	b)	24.848.000	22.407.000
			<u>116.187.000</u>	<u>164.087.000</u>
Outros empréstimos:				
Novis	France Telecom		<u>-</u>	<u>28.400.000</u>
			<u>-</u>	<u>28.400.000</u>
Descobertos bancários (Nota 13)	Vários		5.534.156	6.020.862
			<u>121.721.156</u>	<u>198.507.862</u>

a) Financiamento intercalar da licença UMTS

b) Linhas de crédito de apoio à tesouraria

Os empréstimos bancários vencem juros a taxas normais de mercado e foram todos contraídos em Euros.

O empréstimo da France Telecom foi reclassificado, em 2003, para outros credores não correntes (Nota 18).

20. Fornecedores

Em 30 de Junho de 2003 e 2002, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2003	2002
Fornecedores, conta corrente	111.863.069	134.967.269
Fornecedores - facturas em recepção e conferência	321.522	372.111
Fornecedores de imobilizado	20.487.466	24.723.327
	<u>132.672.057</u>	<u>160.062.707</u>

21. Outras dívidas a terceiros

Em 30 de Junho de 2003 e 2002, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2003	2002
Estado e outros entes públicos	14.711.889	13.892.497
Outros credores	4.961.711	18.384.887
	19.673.600	32.277.384

Em 30 de Junho de 2003 e 2002, a rubrica “Estado e outros entes públicos” refere-se, essencialmente, às filiais Optimus (8.449.548 Euros e 8.189.620 Euros), Enabler (1.630.311 Euros e 1.756.842 Euros), We Do (1.401.963 Euros e 1.079.539 Euros) e Novis (1.288.669 Euros e 1.149.061 Euros).

22. Outros passivos correntes

Em 30 de Junho de 2003 e 2002, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2003	2002
Custos a pagar:		
Custos com o pessoal	19.356.063	21.674.253
Facturação a emitir por operadores nacionais	24.834.317	53.307.933
Comissões	12.816.601	11.500.244
Trabalhos especializados	5.830.092	5.474.499
Encargos financeiros a pagar	2.409.461	1.981.367
Publicidade e propaganda	4.139.270	3.036.405
Outros fornecimentos e serviços externos	3.311.683	829.743
Facturação a emitir por operadores internacionais	1.474.960	1.313.834
Conservação e reparação	1.857.522	-
Descontos de quantidade	552.473	565.087
Outros custos a pagar	4.825.021	6.245.256
	81.407.463	105.928.621
Proveitos diferidos:		
Receitas antecipadas de clientes	23.892.278	18.875.634
Outros proveitos diferidos	545.642	892.642
	24.437.920	19.768.276
	105.845.383	125.696.897

23. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas durante o semestre findo em 30 de Junho de 2003 foi o seguinte:

Rubricas	2003				Saldo final
	Saldo inicial	Reforço	Utilização	Redução	
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 10)	63.349.646	8.621.507	(10.007.826)	(141.818)	61.821.509
Perdas de imparidade acumuladas em existências (Nota 9)	8.236.628	2.734.566	(1.376.830)	(2.021.907)	7.572.457
Perdas de imparidade em investimentos em associadas	318.939	-	(318.939)	-	-
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos disponíveis para venda (Nota 6)	10.254.000	1.362.138	-	-	11.616.138
Perdas de imparidade acumuladas em outros activos não correntes (Nota 8)	1.202.819	-	-	(11.264)	1.191.555
Provisões para riscos e encargos	9.019.216	1.378.953	(1.227.300)	-	9.170.869
	92.381.248	14.097.164	(12.930.895)	(2.174.989)	91.372.528

A reconciliação entre a rubrica “Provisões e perdas de imparidade” da demonstração de resultados e os reforços efectuados em 2003 é como segue, sendo que as utilizações são registadas pelo método directo:

Reforços	14.097.164
Reduções	(2.174.989)
	11.922.175
Reforços registados na rubrica de resultados financeiros (Nota 28)	(1.350.874)
Reduções registadas em Custo das vendas e Outros custos operacionais	2.163.724
	12.735.025

Os aumentos verificados no semestre findo em 30 de Junho de 2003, em perdas de imparidade acumuladas em investimentos disponíveis para venda e para outros activos não correntes, no montante total líquido de 1.350.874 Euros destinaram-se a fazer face a perdas de imparidade estimadas no valor de realização de alguns investimentos e no valor de realização de outros activos não correntes, tendo esses aumentos sido registados em Resultados financeiros (Nota 28).

O aumento das “Provisões para riscos e encargos” refere-se aos reforços das seguintes provisões:

	2003
Provisão resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial em associadas (perdas que excedem o valor do investimento)	421.072
Provisão para planos de “stock options” e outros	<u>957.881</u>
	<u>1.378.953</u>

A utilização das Provisões para outros riscos e encargos refere-se, essencialmente, à utilização da provisão da associada Prodígio por encerramento da empresa e à utilização da provisão relacionada com a perda que excede o valor do investimento na Portais Verticais.

No início do ano 2001, a Empresa implementou um plano de “stock options”, o qual tem como beneficiários determinados colaboradores do Grupo Sonaecom. De acordo com esse plano, a esses colaboradores é atribuído anual e gratuitamente um número de opções de compra de acções da Empresa. As opções, que se subdividem em “Plano IPO” e “Plano Regular”, podem ser exercidas durante o período de um ano, que se inicia, respectivamente, dois e três anos após as datas de referência da sua atribuição. As datas de referência da atribuição do “Plano IPO” e do primeiro, segundo e terceiro anos do “Plano Regular” foram 2 de Junho de 2000, 31 de Março de 2001, 31 de Março de 2002 e 31 de Março de 2003 respectivamente. O preço de exercício para as opções concedidas no âmbito do “Plano IPO” é o preço da Oferta Pública (Euro 10). O preço de exercício das opções concedidas no âmbito do “Plano Regular” é o preço médio de transacção das acções na Bolsa de Valores de Lisboa e Porto, durante o mês precedente à data da atribuição da opção. Os beneficiários dos Planos Regulares têm a possibilidade de optar por receber opções ou, alternativamente, um determinado número de acções, de valor equivalente ao das opções. A elegibilidade depende do nível de responsabilidade e o valor das opções ou acções atribuídas (valorizado utilizando a fórmula de Black and Scholes) será função da remuneração total individual, ajustada à performance, medida de acordo com a metodologia corrente da subsidiária. O “Plano IPO” atingiu em 1 de Junho de 2003 a sua maturidade, não tendo sido exercida nenhuma das opções concedidas. O número de acções comprometidas em cada um dos planos regulares de opções ascendeu a 113.287, 633.340, e 2.503.401, respectivamente. O número de acções comprometidas correspondentes ao plano alternativo de atribuição de acções, ascendeu a 316.203, 899.376 e 1.316.193 para os Planos Regulares atribuídos em 2001, 2002 e 2003, respectivamente. Os termos do plano podem vir a ser ajustados, no futuro, para reflectir alterações na política de remuneração e/ou na posição financeira da Empresa e suas subsidiárias.

Durante o ano de 2001, a Empresa implementou ainda um sistema de incentivos baseado na atribuição de acções a determinados colaboradores da subsidiária We Do. De acordo com esse plano, no dia 1 de Janeiro de 2005, esses colaboradores têm o direito a receber em acções dessa subsidiária, até 30% da valorização ajustada da mesma (por variáveis já estabelecidas), com referência a 31 de Dezembro de 2004.

O valor total das responsabilidades e encargos associados aos compromissos descritos nos dois parágrafos anteriores ascende, em 30 de Junho de 2003 e 2002, a, aproximadamente, 1.510.900 Euros e 700.000 Euros, respectivamente, e está reflectido no balanço na rubrica de “Provisões para riscos e encargos”.

24. Vendas e prestações de serviços

Em 30 de Junho de 2003 e 2002, a rubrica “Vendas e prestações de serviços” apresentava a seguinte composição:

	2003	2002
Rede móvel	289.590.555	291.414.483
Rede fixa	39.809.214	40.857.532
Multimédia e Internet	44.315.123	35.399.230
Sistemas de Informação	19.924.293	15.853.981
Não alocados	650.072	640.019
	<hr/> <u>394.289.257</u>	<hr/> <u>384.165.245</u>

25. Outros proveitos operacionais

Em 30 de Junho de 2003 e 2002, a rubrica “Outros proveitos operacionais” apresentava a seguinte composição:

	2003	2002
Lucros em operações financeiras	2.606.161	3.456.000
Proveitos suplementares	3.059.668	2.082.931
Subsídios à exploração	57.647	61.688
	<hr/> <u>5.723.476</u>	<hr/> <u>5.600.619</u>

A rubrica “Lucros em operações financeiras” diz respeito aos proveitos resultantes da actividade financeira (corretagem) da participada Investimento Directo (Nota 27).

A rubrica “Proveitos suplementares” inclui essencialmente, despesas com infraestruturas de telecomunicações partilhadas pela Novis, as quais são registadas num primeiro momento como custo e posteriormente facturadas aos respectivos operadores parceiros, e ainda proveitos relacionados com a cedência de direitos de utilização de software por parte da Optimus.

26. Fornecimentos e serviços externos

Em 30 de Junho de 2003 e 2002, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” apresentava a seguinte composição:

	2003	2002
Custos de interligação	87.100.981	97.715.814
Aluguer de circuitos	21.541.028	28.276.673
Comissões	23.859.843	26.230.298
Publicidade e propaganda	16.696.968	17.784.145
Outros	76.206.045	70.997.752
	<u>225.404.865</u>	<u>241.004.682</u>

A rubrica de Outros inclui, essencialmente, trabalhos especializados, rendas e aluguerares, produtos associados ao jornal, consultoria e conservação e reparação.

27. Outros custos operacionais

Em 30 de Junho de 2003 e 2002, a rubrica “Outros custos operacionais” apresentava a seguinte composição:

	2003	2002
Impostos	6.136.760	6.294.436
Prejuízos em operações financeiras	2.672.678	2.203.000
Perdas de imparidade em imobilizações incorpóreas (Nota 5)	434.530	-
Outros	884.882	377.666
	<u>10.128.850</u>	<u>8.875.102</u>

A rubrica “Impostos” em 30 de Junho de 2003 e 2002 inclui essencialmente as taxas pagas pela subsidiária Optimus à ANACOM associadas ao número de clientes activos, obrigação esta definida no âmbito da atribuição da licença de operador de GSM.

A rubrica “Prejuízos em operações financeiras” diz respeito aos custos resultantes da actividade financeira (corretagem) da participada Investimento Directo (Nota 25).

28. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, dos semestres findos em 30 de Junho de 2003 e 2002, têm a seguinte composição:

	2003	2002
Custos e perdas:		
Juros suportados	7.533.964	9.258.649
Perdas de imparidade em investimentos disponíveis para venda e outros activos não correntes (Nota 23)	1.350.874	3.100.000
Diferenças de câmbio desfavoráveis	1.280.673	70.321
Perdas relativas a empresas associadas	-	554.742
Outros custos e perdas financeiras	1.976.937	1.646.859
	<hr/> 12.142.448	<hr/> 14.630.571
Resultados financeiros	<hr/> (9.141.996)	<hr/> (13.226.650)
	<hr/> <u>3.000.452</u>	<hr/> <u>1.403.921</u>
Proveitos e ganhos:		
Juros obtidos	1.688.586	831.387
Ganhos relativos a empresas associadas	80.619	226.588
Diferenças de câmbio favoráveis	1.048.210	107.630
Outros proveitos e ganhos financeiros	183.037	238.316
	<hr/> 3.000.452	<hr/> 1.403.921

O valor de “Perdas de imparidade para investimentos financeiros”, no semestre findo em 30 de Junho de 2003, respeita a cobertura de perdas potenciais na realização dos investimentos financeiros e empréstimos concedidos às participadas Despegar e Sesi (Nota 23).

O valor de “Ganhos relativos a empresas associadas”, no semestre findo em 30 de Junho de 2003, decorre da aplicação do método da equivalência patrimonial na valorização da participação na Unipress.

Os “Juros obtidos” incluem 1.133.443 Euros (548.100 Euros em 2002) referentes à cessão de fundos de curto prazo à Sonae (Nota 13).

29. Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos semestres findos em 30 de Junho de 2003 e 2002 são como segue ((custos)/proveitos):

	2003	2002
Imposto corrente	(884.388)	(1.397.340)
Imposto diferido (Nota 7)	<hr/> (2.965.450)	<hr/> (4.267.717)
	<hr/> <u>(3.849.838)</u>	<hr/> <u>(5.665.057)</u>

30. Partes relacionadas

O Grupo identificou como partes relacionadas unicamente os seus accionistas.

As transações ocorridas com estas entidades respeitam unicamente a empréstimos obtidos ou concedidos.

31. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 30 de Junho de 2003 e 2002, tinha a seguinte composição:

Beneficiário da garantia	Descrição	2003	2002
Banco Europeu de Investimento	Financiamento	249.398.000	249.398.000
ABN AMRO Bank, NV, CISF-Banco de Investimento, S.A. e Banco Europeu de Investimento	Penhor de 51% das acções da Optimus para garantia de um financiamento desta participada (Nota 17)	85.431.419	64.624.860
Direcção de Contribuições e Impostos	Reembolso do IVA, exclusivamente da filial Clixgest	551.508	2.685.197
ANACOM (a)	Licença UMTS	2.493.989	2.493.989
Hewlett Packard	Contratos de Locação Financeira na filial Optimus	1.491.630	-
ANACOM (a)	Licença GSM	-	349.159
ANACOM (a)	Licença Rede Fixa	648.437	648.437
Lisgráfica (b)	Acções dos processos nºs 3768A e 820/95	131.254	1.708.847
Prisvideo	Contrato DVD's	300.000	-
Tribunal Trabalho Lisboa	Processo de execução nº 199A/92	271.511	271.511
Fazenda Pública Porto	Processo de execução fiscal nº3190/98	209.495	209.495
Outros		<u>740.901</u>	<u>540.848</u>
		<u>341.668.144</u>	<u>322.930.343</u>

- (a) Autoridade Nacional de Comunicações (anteriormente ICP – Instituto de Comunicações de Portugal)
- (b) O processo judicial que envolveu a filial Público e a Lisgráfica e motivou a garantia acima referida, encontra-se resolvido por mútuo acordo. Em 30 de Junho de 2003, esta garantia não foi ainda cancelada, por razões processuais.

32. Informação por segmentos

Nos semestres findos em 30 de Junho de 2003 e 2002 foram identificados como segmentos de negócio os seguintes segmentos:

- Rede Móvel
- Rede Fixa
- Multimédia e Internet
- Sistemas de informação

As restantes actividades do grupo e os serviços corporativos encontram-se classificados como não alocados.

As transacções ocorridas nos exercícios de 2003 e 2002 inter-segmentos foram anuladas no processo de consolidação.

Dada a imaterialidade dos activos e transacções efectuados pelo Grupo fora do território nacional, não é apresentada informação segmental por mercados geográficos.

É apresentada em anexo (página 85) a principal informação relativa aos segmentos de negócio existentes em 30 de Junho de 2003 e 2002.

33. Activos e passivos contingentes

(i) Em 21 de Fevereiro de 2001, a ANACOM deliberou alterar o regime de repartição de receitas e custos originados pelo tráfego de Internet, entre a PT – Comunicações, S.A. (“PT”) e os ISP (Internet Service Providers). No actual regime, em aplicação desde 1 de Agosto de 2001, os ISP recebem da PT a totalidade da receita gerada pelas chamadas efectuadas pelos utilizadores de Internet, fixando também o preço que será cobrado pelas referidas chamadas, ao contrário dos 35% recebidos antes. Os ISP pagam à PT, além do custo de interligação, 1\$60 por chamada para fazer face aos custos de facturação, tendo deixado de pagar o chamado custo de subsidiação das chamadas (diferença entre o preço de chamada local cobrado ao cliente e o preço da chamada regional efectuada). A aplicação do regime em vigor influenciou significativa e positivamente os resultados da Clixgest. A Empresa tem a profunda convicção que, este novo regime, terá aplicação retroactiva a 1 de Março de 2001, dado que o atraso na sua implementação foi da exclusiva responsabilidade do incumbente. A Empresa estima que da aplicação dessa retroactividade, resultaria um efeito positivo no seu capital próprio, excluindo o efeito fiscal e os interesses minoritários, de aproximadamente 2.500.000 Euros. A Empresa recorreu a um processo de arbitragem da ANACOM, estando a aguardar a respectiva resolução. Dando cumprimento aos princípios de contabilidade geralmente aceites, este proveito só será reconhecido nas demonstrações financeiras na data da sua concretização.

(ii) Os valores de contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores, incluem 43.112.621 Euros e 35.924.275 Euros, respectivamente, e os outros passivos correntes e os outros activos correntes incluem 411.649 Euros e 6.856.200 Euros, respectivamente, resultantes de um diferendo entre a filial Optimus e a operadora TMN relativo a preços de interligação durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2001. Este diferendo, mantém-se em apreciação pelo Tribunal e pela ANACOM. Existe igualmente um diferendo com a PT, em apreciação pela ANACOM, relativo a preços de interligação, de que resultam valores de contas a receber e outros activos correntes no montante de 1.378.784 Euros e 4.082.556 Euros, respectivamente. A Empresa considerou nas demonstrações financeiras consolidadas anexas as tarifas mais penalizadoras, pelo que, da resolução do diferendo, não resultarão quaisquer perdas que devessem ter sido provisionadas.

(iii) Foi instaurado, no decurso do ano de 2000, um processo à Maxistar - Comunicações Pessoais, S.A., (“Maxistar”) pelos restantes accionistas da Optimus, por violação de uma cláusula do Acordo Parassocial, reclamando estes o direito ao exercício da opção de compra das acções detidas por aquela accionista, por 70% do seu valor nominal. Por sua vez a accionista Maxistar instaurou um processo pela alegada violação de outra disposição do Acordo Parassocial contra os restantes accionistas da Optimus, reclamando também o direito do exercício da opção de compra das acções da Optimus detidas por estas empresas, por 70% do seu valor nominal. É entendimento destes accionistas que a fundamentação apresentada é destituída de qualquer razão.

Por decisão de 13 de Janeiro de 2003, o Tribunal Arbitral que apreciou o diferendo entre a Sonaecom e outros accionistas da Optimus, contra a Maxistar, foi esta última condenada ao pagamento de uma indemnização no valor de 2.344.350 Euros, sobre o qual incidirão os juros legais moratórios desde 13 de Janeiro de 1999, até à data do pagamento ou, em alternativa, a submeter-se ao exercício de uma opção de compra da sua participação na Optimus por 70% do respectivo valor real. A Administração da Sonaecom já comunicou à Maxistar a sua preferência pela primeira hipótese, tendo para tal dado instruções no sentido de se arrestarem as referidas acções para garantia daquele crédito.

(iv) Foi recebida na Optimus uma citação prévia, pelo Tribunal da Comarca de Lisboa – 15^a Vara Cível relativa a uma acção da Oniway – Infocomunicações, S.A. contra a Optimus e a Vodafone Telecel, Comunicações Pessoais, S.A. requerendo uma indemnização no valor de 46 milhões de Euros por recusa de estabelecimento de interligação com aquela empresa. A Optimus já negociou com a Oniway a desistência desta acção.

34. Remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração da empresa-mãe

As remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração da Sonaecom, nas empresas incluídas na consolidação, durante os semestres findos em 30 de Junho de 2003 e 2002, ascenderam a 662.989 Euros e 719.383 Euros, respectivamente.

35. Trabalhadores ao serviço

Durante os semestres findos em 30 de Junho de 2003 e 2002, o número médio de trabalhadores ao serviço das empresas incluídas na consolidação, era de 2.536 e 2.741, respectivamente.

36. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 23 de Julho de 2003.

SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS POR SEGMENTOS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2003 E 2002

(Montantes expressos em Euros)

	Rede Móvel		Rede Fixa		Multimédia e Internet		Sistemas de Informação		Outros		Total	
	Junho 2003	Junho 2002 (Não auditado)	Junho 2003	Junho 2002 (Não auditado)	Junho 2003	Junho 2002 (Não auditado)	Junho 2003	Junho 2002 (Não auditado)	Junho 2003	Junho 2002 (Não auditado)	Junho 2003	Junho 2002 (Não auditado)
Proveitos:												
Vendas e Prestações de serviços	289.590.555	291.414.483	32.276.341	23.707.188	44.371.192	38.935.260	27.457.166	29.468.295	594.003	640.019	394.289.257	384.165.245
Outros proveitos operacionais	914.397	1.074.349	510.525	606.082	461.065	217.981	579.657	246.207	3.257.831	3.456.000	5.723.476	5.600.619
Total de proveitos	290.504.952	292.488.832	32.786.866	24.313.270	44.832.257	39.153.241	28.036.823	29.714.502	3.851.834	4.096.019	400.012.733	389.765.864
Resultado operacional do segmento	17.871.040	5.896.737	(12.259.887)	(28.785.719)	(1.446.478)	(6.401.219)	1.075.625	3.092.999	(6.419.158)	(5.897.041)	(1.178.857)	(32.094.244)
Juros líquidos	(5.257.816)	(7.747.698)	(932.466)	(1.124.695)	(46.297)	(159.525)	165.671	27.317	1.274.589	698.689	(4.796.319)	(8.305.912)
Outros resultados financeiros	(2.833.702)	(1.505.172)	(293.939)	(147.193)	42.603	6.629	(290.442)	174.055	(970.196)	(3.449.057)	(4.345.677)	(4.920.738)
Impostos sobre o rendimento	(3.256.647)	(6.008.136)	(29.910)	(48.826)	64.171	1.612.795	(620.838)	(936.730)	(6.613)	(284.160)	(3.849.838)	(5.665.057)
Interesses minoritários	(3.737.928)	4.954.217	6.527.635	13.700.280	503.524	712.205	(316.211)	708.174	42.319	(400.949)	3.019.338	19.673.928
Resultado líquido do exercício	2.784.946	(4.410.053)	(6.988.567)	(16.406.153)	(882.477)	(4.229.114)	13.804	3.065.815	(6.079.059)	(9.332.518)	(11.151.353)	(31.312.023)
Activos:												
Imobilizado	584.914.867	603.140.024	70.684.934	78.154.710	9.367.021	14.863.915	12.701.204	8.834.729	32.601.568	39.666.073	710.269.595	744.659.452
Existências	8.461.375	21.478.193	38.799	165.452	1.181.437	1.091.402	-	-	-	-	9.681.611	22.735.047
Investimentos financeiros	75.000	245.566	-	-	932.632	1.186.675	12.500	24.182	7.842.956	16.084.158	8.863.088	17.540.581
Outros activos do segmento	249.263.123	294.422.662	27.811.042	34.835.640	22.204.891	23.785.765	22.659.041	14.648.446	97.362.238	46.830.369	419.300.335	414.522.882
	842.714.365	919.286.445	98.534.775	113.155.802	33.685.981	40.927.758	35.372.745	23.507.357	137.806.762	102.580.600	1.148.114.506	1.199.457.961
Passivos:												
Passivos do segmento (excluindo interesses minoritários)	593.151.422	752.277.256	89.551.620	107.021.348	21.191.446	23.580.234	31.676.587	20.782.374	7.994.923	19.477.638	743.565.998	923.138.850
	593.151.422	752.277.256	89.551.620	107.021.348	21.191.446	23.580.234	31.676.587	20.782.374	7.994.923	19.477.638	743.565.998	923.138.850

MAGALHÃES, NEVES & ASSOCIADOS, SROC S.A.

Inscrição na OROC nº 95
Registo na CMVM nº 223
NIPC 502 558 610
Capital Social 50.000 euros
Matriculada na CRC de Lisboa sob o nº 12.179

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL CONSOLIDADA

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2003, da SONAECOM, S.G.P.S., S.A e subsidiárias (“Empresa”), incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço consolidado (que evidencia um total de 1.148.114.506 Euros e capitais próprios de 246.264.761 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 11.151.353 Euros), na Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, na Demonstração consolidada de fluxos de caixa e na Demonstração consolidada das alterações no capital próprio do período de seis meses findo naquela data e no correspondente Anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos regtos contabilísticos da Empresa e suas subsidiárias, ajustadas no processo de consolidação, de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS/IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) em vigor em 1 de Janeiro de 2003.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS/IFRS”) emitidas pelo IASB em vigor em 1 de Janeiro de 2003, data que corresponde ao início do período da primeira aplicação pela Empresa das Normas Internacionais de Contabilidade e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira, baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditória emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se, para os aspectos materialmente relevantes, a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório de revisão limitada sobre a informação semestral.

Parecer

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2003 da SONAE COM, S.G.P.S., S.A não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), em vigor em 1 de Janeiro de 2003 e que, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

9. Conforme referido na Nota Introdutória do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, para efeitos da primeira aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade em 1 de Janeiro de 2003, a Empresa preparou demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2002 de acordo com aquelas normas. Os efeitos dos ajustamentos, reportados a 1 de Janeiro de 2002, relacionados com as alterações de políticas contabilísticas no montante negativo de 81.311.061 Euros foram registados nos capitais próprios nas rubricas de “Outras reservas” e “Ajustamentos iniciais para IAS”. O detalhe dos ajustamentos entre o capital próprio em 31 de Dezembro de 2002 e o resultado do exercício findo nessa data obtidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e o capital próprio em 31 de Dezembro de 2002 e o resultado do exercício findo nessa data, obtidos de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, é apresentado na Nota 15 do Anexo.

10. As demonstrações financeiras consolidadas da Empresa em 31 de Dezembro de 2002, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS/IFRS”) e apresentadas em anexo para efeitos comparativos conforme requerido por aquelas normas, foram por nós examinadas e a nossa opinião sobre as mesmas não contém reservas.
11. O balanço em 30 de Junho de 2003 inclui na rubrica de “Acréscimos e diferimentos - Activos por impostos diferidos” o montante de, aproximadamente, 56.719.000 Euros, do qual, aproximadamente, 8.809.000 Euros e 14.374.000 Euros deverão ser deduzidos a lucros fiscais que sejam gerados até 2004 e 2005, respectivamente. A realização destes montantes depende do cumprimento pela Empresa do seu plano de negócios e da possível concretização de determinadas operações financeiras que se encontram em estudo à presente data e que o Conselho de Administração prevê efectuar no curto prazo.

Porto, 23 de Julho de 2003

MAGALHÃES, NEVES & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves